

DE

defesa de ESPINHO

DIRECTOR: AMADEU MORAIS — 28-5-76 — SEMANARIO — N.º 2303 — ANO 45 — PREÇO: 3\$50



TODA A PESSOA TEM O DIREITO DE TOMAR PARTE NA DIRECÇÃO DOS NEGÓCIOS PÚBLICOS DO SEU PAÍS, QUER DIRECTAMENTE, QUER POR INTERMÉDIO DE REPRESENTANTES LIVREMENTE ESCOLHIDOS.

Art.º 21.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

MESA REDONDA

HOSPITAL, PARA ONDE VAIS?

PONTOS NOS III

O artigo que escrevemos sobre o Hospital de Espinho teve a virtude de alertar a opinião pública para uma questão que lhe interessa decisivamente e de que andava arredia. Reafirmamos a conclusão, pelas muitas manifestações de interesse que temos recebido e pelo ambiente que se gerou e mantém.

Tivemos o cuidado, perante a complexidade do assunto, de solicitar que colaboradores do Jornal recolhessem depoimentos de pessoas relacio-

Por AMADEU MORAIS

nadas com o caso, e não pararemos, pois, como registamos no último número, vai fazer-se uma mesa redonda com os médicos que queiram intervir, e o seu resultado será publicado neste número ainda, se possível.

«Defesa de Espinho» não procura sensacionalismo, nem o deseja. E, pela minha parte, pessoalmente, tenho muito mais em que pensar.

Há, no entanto, que definir posições e cada um deve tomar a sua e assumir as inerentes responsabilidades. Neste campo, ouvido e lido tudo quanto se produziu até agora, não tenho dúvidas em afirmar que se tivesse de abordar o assunto de novo não retirava a feição que dei ao meu artigo inicial.

E não é por teimosia que assim procedo.

Realizou-se uma ampla reunião de munícipes em Silvalde, no passado dia 18. As pessoas presentes ouviram debater com toda a liberdade o problema. Consciencializaram-se depois de conhecerem tudo o que se sabia e foi dito de todos os lados, entraram no debate e, no final, votaram por unanimidade a proposta que apresentei, de que o Jornal deu notícia e que a Comissão Administrativa da Câmara, muito louvavelmente, logo pôs em accionamento, como resulta do pedido que formulou ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, hoje publicado nas colunas do nosso Jornal.

No dia seguinte, quarta-feira, realizou-se no Hospital uma Assembleia Geral dos Irmãos da Misericórdia. A assistência foi numerosa e qualificada por pessoas que estavam em condições de fornecer melhores e mais inequívocos elementos.

Ouvimos as exposições que foram feitas pelo Senhor Chefe da Secretaria do Hospital, pelo Senhor Dr. Miranda Valente e pelo Senhor Dr. Joaquim Pinto Moreira da Costa. E, sobretudo das palavras deste, corroboradas pelo Senhor Chefe da Secretaria, ficou a saber, quem o não sabia ainda, haver o risco de o Hospital, depois de entregue ao Estado passar a serviço de utilidade menor e completamente diferente do que é hoje, ficando reduzido

(Continua na 2.ª pág.)

COM O CORPO MÉDICO-TRABALHADOR DO HOSPITAL DE ESPINHO

No último número de «DE» ouvimos depoimentos do Delegado de Saúde, da Comissão Voluntária de Trabalhadores pró eleição da Comissão Instaladora, o Chefe dos Serviços Administrativos e ainda dum Enfermeiro.

«DE» pretende também ouvir opiniões de três médicos trabalhadores que, contactados, propuseram uma mesa redonda, justificando não se considerarem representantes do corpo clínico trabalhador no Hospital de Espinho, proposta que de imediato aceitamos por esperarmos considerações mais amplas e achegas mais pertinentes.

Sentimo-nos um pouco desolados por termos acalentado essa ideia, porquanto só estiveram presentes à mesa redonda seis médicos, e dois fizeram-se representar num dos presentes. Sabemos por outro lado que a profissão não tem horários

e que houve motivos impeditivos para a sua ausência. Mas por outro lado os presentes são de especialidades diferentes e esse facto só por si garante pontos de vista de vários ângulos.

Como motivos salientes, a reclassificação do Hospital e a nomeação duma Comissão Instaladora. Consequências reais, Espinho e zona envolvente continuar a beneficiar das especialidades existentes ou perder parte delas. O que pode causar esse ganho ou essa perda. A falta de um esquema de SAÚDE a nível nacional impede que, concretamente, se saiba o que vai acontecer.

Os depoimentos recolhidos têm em vista esclarecer os nossos leitores, a todos os níveis, e contribuir para uma solução que defenda os direitos de todos os que precisarem dum Hospital com serviços capazes e diversos.

Começou por opinar o Dr. Agostinho Pedrosa, pediatra:

Pessoalmente não vejo que a eleição da C. I. seja a solução mais correcta porque estão em jogo muitíssimos interesses. Eu sinto a ansia dos trabalhadores menos remunerados, que são capazes até de, no fundo, estarem a ver que o problema está mal encaminhado mas o que é certo é que lhes doi na carne

Por um lado o interesse justo dos trabalhadores para quem a eleição da C. I. representa vencimentos

ESPINHO PASSOU PARA VIANA DO CASTELO?

A pergunta do nosso título é pertinente e oportuna porquanto tem vindo a passar-se, nestes últimos tempos, um fenómeno curioso e estranho. Curioso, na medida em que, perante a impassividade de quem deveria tentar explicá-lo até hoje não o fez, e estranho, uma vez que, mesmo a nível governamental se tem alimentado tal fenómeno.

Mas deixemo-nos de mistérios e vamos ao assunto.

Toda a gente desta terra e não só (deixem-nos também usar este lugar comum), sabe que a «Costa Verde» sempre se identificou com a vila (agora cidade) e praia de Espinho, que graciosamente quis entender o seu nome à zona compreendida entre as praias de Esmoriz e Aguda, já que a de Miramar era a Praia das Rosas.

Lembre-mos, por exemplo, que a praia de Espinho é a «Rainha da Costa Verde»; que nos bailes do Casino se elege, todos os anos, durante a época balnear, uma «miss Costa Verde»; que existiu na rua 19, onde hoje é parque de estacionamento, um «Café Costa Verde»; que aos jogadores de futebol do Sp. de Espinho, chamam os «Tigres da Costa Verde»; que se organizam torneios desportivos chamados «Torneios da Costa Verde»; que são disputadas taças com o nome de «Costa Verde»; e a culminar, temos, desde há quinze anos, o Aero Clube da Costa Verde, etc.

Enfim, Espinho e Costa Verde confundem-se num abraço de dezenas e dezenas de anos (segundo nos afirmam desde 1928-29) entranhados num amor profundo à terra que os viu nascer.

Até aqui tudo bem. Não há dúvidas. Espinho é Costa Verde; Costa Verde é Espinho.

Acontece, porém (e aqui é que está o insólito), que, de algum tempo a esta parte, a designação de «Costa Verde» tem viajado mais para o Norte e tem ido assentar arraiais, persistentemente, na bela cidade do Lima — Viana do Castelo.

Com efeito, parece ali existir uma Junta de Turismo que se denomina «Junta de Turismo da Costa-Verde»;

(Continua na 2.ª pág.)

Conduziram e coordenaram
JOÃO QUINTA
e JORGE TAVARES

actualizados e integração no funcionalismo público. É um anseio absolutamente humano porquanto existem aqui trabalhadores que vivem exclusivamente do seu vencimento, que é muitíssimo pouco, e que considero intolerável continuar.

Por outro lado existe o grave inconveniente de, se o Hospital passar a concelho, além dos poucos serviços que possa prestar, o pessoal especializado (médicos, enfermeiros, técnicos, etc.) obrigados a perma-

(Continua na 3.ª pág.)

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM ESPINHO

ORGANIZAÇÃO AO SERVIÇO DA ORDEM E TRANQUILIDADE DE TODOS OS CIDADÃOS

Tal como havíamos referido no último número da «D.E.», vamos continuar a nossa conversa com o Comandante da Polícia de Segurança Pública de Espinho, o 1.º Comissário sr. José Lopes Coimbra, desta feita, versando o tema «Trânsito».

— Sr. Comandante, com o esquema de ruas que Espinho tem, não será isso um problema para o trânsito dentro da cidade?

Entrevista de
JORGE TAVARES

— Parece-me que sim. Se, por um lado, os cruzamentos perfeitos, característica dos nossos arruamentos, poderão realmente facilitar, por outro lado, complicam. Um cruzamento perfeito, com as casas logo em cima e com o ângulo de visão muito pequeno e ainda com a imprudência dos automobilistas, tudo isso aliado, influencia grandemente e favorece a hipótese de acidente. Não há respeito pelas prioridades, as pessoas normalmente «esquecem-se» desses

cruzamentos, alheiam-se da sinalização, entram neles de qualquer maneira e os desastres dão-se. Por outro lado, portanto, é problema esse esquema de arruamentos, embora, também, tenha aspectos positivos, que é o de, se os automobilistas cumprirem rigorosamente a regra da prioridade, chegarem ao cruzamento, pararem ou abrandarem, pois, as coisas não se darão, concerteza. Porque repare, o facto de o automobilista ter prioridade, não lhe dá o direito de pensar que é o senhor absoluto da rua. Nada disso. Se bate, mesmo cumprindo a lei da prioridade, terá sempre alguma responsabilidade, pois, se se provar que não tomou as precauções devidas, também lhe são atribuídas culpas. Felizmente que os acidentes em cruzamentos, e são frequentes, resumem-se, na maioria dos casos, a chapa amolgada. Casos de desastres pessoais, tem havido poucos.

— A sinalização das ruas. Sinais por todos os lados, nem sempre no local mais adequado. Qual é a sua opinião?



— Eu entendo que não me devo pronunciar sobre a sinalização porque esse é um problema da Câmara Municipal. Pertence-lhe o ordenamento e a regulação do trânsito

dentro da cidade. Evidentemente que a P.S.P. presta a sua colaboração, inclusivamente, por intermédio da sua comissão de trânsito de que um elemento da Polícia faz parte. O Comandante é chamado para essas reuniões e intervém na discussão dos assuntos, alguns dos quais, com base em reclamações dos utentes, dos munícipes, ou problemas de trânsito. A Polícia é chamada a dar o seu parecer. Procura, dentro do melhor espírito de colaboração, dar o seu melhor. É nossa intenção, com os

(Continua na 2.ª pág.)

Neste Número:

SILVALDE E ANTA . . . Pág. 4

OBRAS NA ZONA TURÍSTICA DO CONCELHO . . . Pág. 5

PRENDA PARA UMA MÃE . . . Pág. 10

HOSPITAL, PARA ONDE VAIS?

Continuação da 1.ª pág.

a mero centro de apoio à Delegação de Saúde, com partos, pediatria e posto de socorros; que a Comissão que se deslocou a Lisboa não conseguiu ser recebida pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, mas veio de lá com o lamiré de que nada devia ser feito para nomear a Comissão Instaladora, porque isso poderia significar o mergulhar do Hospital num poço sem fundo, donde dificilmente sairia depois; e que os trabalhadores do Hospital, receando o corte de subsídios e perante a angústia em que viviam, resolveram diligenciar pela nomeação da Comissão Instaladora, mas que o Hospital recebeu subsídios do Estado que permitiam aguardar, durante mais algum tempo, a clarificação da situação.

Após diálogo amplo, a proposta que apresentei foi aprovada por unanimidade, com uma correccção introduzida pelo Senhor Dr. Joaquim Moreira da Costa: conferir à Mesa poderes para lutar pela reclassificação do Hospital e evitar a nomeação de qualquer Comissão Instaladora até à decisão, tendo sempre presente a situação dos trabalhadores menos favorecidos, isto é, mais carecidos dos seus vencimentos.

Os trabalhadores do Hospital sabiam tudo quando aos irmãos da Santa Casa foi relatado nesta Assembleia Geral, e não ignoravam que o diploma que transfere para o Estado o Hospital só entra em vigor com a nomeação da Comissão Instaladora.

Não obstante tudo isso, votaram a nomeação e votaram por esmagadora maioria dos presentes, como foi salientado em uma das entrevistas feitas, e que publicamos no último número.

É de esperar que se consciencializem e reconsiderem também. Isto porque a sua actuação pode lançá-los em abismos insondáveis, cujas consequências ignoram, pois ninguém sabe o que virá a ser a futura estruturação hospitalar do País.

E mau será se, quando acordarem, se aperceberem de ser demasiado tarde para os seus próprios interesses.

Já agora, e para findar, gostaríamos de deixar esclarecido que reconhecemos que só o Estado pode e deve sustentar e administrar os Hospitais e todos os Serviços de Saúde em Portugal. Sempre o entendemos e defendemos, até nas colunas deste Jornal.

Mas que isso se faça em obediência a uma planificação séria e que não esqueça o real mérito das obras existentes, tornando-as mais válidas ainda e não demolindo-as.

E, por ora, ninguém nos sabe dar resposta quanto ao futuro do Hospital de Espinho, porque ninguém sabe nada de nada quanto à futura estruturação dos serviços e estabelecimentos existentes.

AMADEU MORAIS

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ESPINHO

ORGANIZAÇÃO AO SERVIÇO DA ORDEM E TRANQUILIDADE DE TODOS OS CIDADÃOS

Continuação da 1.ª pág.

casos do dia a dia, que a experiência nos vai trazendo, informar a Câmara e dar as nossas sugestões.

— *Haver mais ruas de sentido único, não seria uma solução adequada para determinados conflitos?*

— Julgo que sim. Penso que o sistema de sentido único resolveria, efectivamente muitos problemas. Aliás, isso vai sendo prática corrente em algumas cidades. Todavia, volto a referir, só a prática nos pode dizer se isso será o mais aconselhável. Às vezes, pensa-se que este ou aquele problema é resolvido desta ou daquela maneira, mas, depois, a prática vem dizer-nos que não. No entanto, pessoalmente, penso que depois de um estudo profundo, sobre o assunto, talvez se conseguisse resolver alguns problemas com o sistema de sentido único.

Há, contudo, um pormenor importante. Muitos problemas só se evitarão se as pessoas, os automobilistas, tiverem a noção do que é o trânsito e tiverem mais sentido de responsabilidade e respeito pelos outros. Infelizmente, isso não acontece. Todos pensam apenas em si próprios, e, os outros, nunca têm razão.

— *O problema do estacionamento. Em qualquer lugar nós vemos carros estacionados, em nitida transgressão, a par uns dos outros. Que tem o sr. Comandante a dizer a isto?*

— Não sei se estou a meter a foice em seara alheia. Esse assunto é ainda da competência da Câmara Municipal. Porém, como opinião pessoal, posso dar uma achega. Já há muitas ruas com estacionamento proibido e não sei se seriam precisas mais. Se por um lado, o estacionamento proibido resolve alguns problemas, levanta outros. Há pessoas que se

sentem prejudicadas com isso, e por isto ou por aquilo, julgam-se lesadas, no comércio, etc.

Mas, voltando concretamente ao problema do estacionamento e para responder à sua pergunta, pois, não há dúvida que o estacionamento é mesmo um caos, é um autêntico problema.

Há, efectivamente, pessoas sem um mínimo de civismo, que estacionam os carros em qualquer lado e a par uns dos outros, abandonando-os sem respeito pelos outros utentes da via pública e, ao fim e ao cabo, sem respeito por si próprios, o que é grave. É claro, se a polícia está presente, procura prevenir essas situações e só em última instância, autuará. As pessoas acusar-nos-ão, porventura, de «caça à multa», mas não o desejamos, sinceramente. Há os que julgam que temos gosto em aplicar multas a torto e a direito, dizendo, até, que a polícia recebe uma comissão sobre a importância dessa mesma multa. Totalmente falso. Se se autua, é porque não podemos deixar de o fazer. E, infelizmente, ainda há pessoas que parece só cumprirem com multas, e o seu número é cada vez mais elevado, maior do que seria de desejar.

Portanto, a solução, será as pessoas pensarem um bocadinho mais nos outros, haver um pouco mais de civismo.

Evidentemente, tudo isto é, também, um pouco o reflexo da carência de efectivos de que já lhe falei. A falta de uma secção de Trânsito, que Espinho já justifica, vem ajudar a este estado de coisas. O nosso parque automóvel é bastante grande, com a agravante do afluxo de viaturas nos fins de semana. Logo, nós necessitamos, absolutamente, desses homens especialmente orientados para o trânsito. Eu tendo esperanças que o assunto se resolverá a breve prazo.

É claro que, como estamos, podemos comparar-nos um pouco, com o devido respeito, a um médico de clínica geral, que acode a todos os lados. Há pessoal que está a tratar de um assalto e, de um momento

para o outro, lá tem de ir resolver um problema de trânsito, para de seguida ir orientar o trânsito num cruzamento.

— *Mas, insistimos, proibir todo o trânsito automóvel numa ou noutra rua, mais central, não seria uma solução?*

— Bem, pessoalmente, acho que sim. Pelo menos em alguns troços. Aliás, esse sistema está a ser posto em prática em alguns sítios, por exemplo, citar-lhe-ei Viseu, que tem uma importante rua onde o trânsito foi proibido e com plena aceitação, ainda que antes as pessoas se houvessem oposto.

— *Estamos com a época balnear à porta, o que presume venha a agravar este problema. Como acha que deva ser resolvido?*

— Não tenho propriamente uma solução para isso. Tudo dependerá um pouco, volto a referir, da secção de trânsito que eu gostaria de cá ver trabalhar na época de praia, e que sinceramente, espero. Se, porém, não tivermos esses homens, pois tentaremos tudo para que os problemas daí decorrentes sejam resolvidos da melhor maneira possível. Esse período do ano merece-nos a melhor atenção, com especial incidência junto ao mar, naquelas ruas de maior afluência de trânsito.

Entretanto, eu aproveito esta oportunidade que a «Defesa de Espinho» me dá para dizer às pessoas que, mesmo sem a secção de trânsito, tudo tentaremos para, com os poucos meios de que dispomos, solucionar alguns problemas e evitar outros.

Apelamos a todos os cidadãos de Espinho e todas as pessoas em geral, para que nos dê a sua colaboração, que nos ajude a cumprir melhor a nossa missão. Há ainda pessoas que não aceitam bem a intervenção da Polícia, e só a vêm quando ela pega no lápis para passar a multa. Nós queremos dizer que esta é a última fase de actuação de um agente, pois, quando aqui chega, quando assim acontece, é porque já esgotou todos os meios.

Respeitemo-nos uns aos outros. Ser-se livre, é ser-se responsável.

ESPINHO PASSOU PARA VIANA DO CASTELO?

Continuação da 1.ª pág.

que se organizam ali torneios desportivos (por exemplo: ténis) com o nome de «Torneio da Costa Verde»; que se fartam de fazer propaganda turística no estrangeiro (Espanha, Holanda, etc.) chamando a Viana do Castelo, «Costa Verde».

E se isto não chegasse, ainda temos nos jornais afirmações dos poderes constituídos, reaosnáveis pelo turismo nacional, a corroborar no mesmo erro, esquecendo ou ignorando que a designação de «Costa Verde» pertence legitimamente à cidade e praia de Espinho.

Que se está a passar? Quem é capaz de nos explicar esta «fuga» da «Costa Verde» para Viana do Castelo?

Se porventura, no momento actual, a cidade e praia de Espinho sofre de crise aguda na sua actividade turística, e não tem sabido manter, como deve, os seus pergaminhos de famosa praia e lugar privilegiado de repouso, não passou, todavia, e que se saiba, a ninguém, nem a nenhuma terra, qualquer procuração, para em nome dela, poder usufruir os benefícios do título que tantos anos levou a conquistar e que se espalhou pelo mundo inteiro: «Visite Espinho e a sua praia — a praia da Costa Verde», — slogan tantas vezes visto e ouvido em Londres, Madrid ou Paris.

Ora, em nossa opinião, parece-nos que Viana do Castelo está a usurpar um património que é bem nosso, a usufruir um cartaz turístico que nos custou muito caro, que nos levou muitos anos de sacrifícios, esforços, trabalhos e boas-vontades para fazer desta pequena terra aquilo que ela é hoje — a Cidade-Praia de Espinho, Rainha da Costa Verde.

A linda Cidade de Viana do Cas-

telo emoldurada pelo aprazível e acolhedor Monte de Sta. Luzia, pelas águas tranquilas do Lima e pelo oceano que lhe beija os pés, não precisa de se apoderar de pergaminhos alheios para se poder definir como uma estância de turismo de categoria internacional. A sua paisagem, o seu artesanato, o seu folclore são atracções bastantes e de nível, para dispensar nomes e cartazes turísticos importados de outras regiões.

Mas a verdade é que, talvez sem má-fé, nemportunismo, tem vindo a beneficiar e a usar um nome que não lhe pertence.

E se dúvidas ainda possam persistir, nos direitos que Espinho tem em se identificar com a designação de «Costa Verde» basta folhear o número do «Diário da Manhã», da capital, de 7 de Agosto de 1932, o qual dedica à Vila e Concelho de Espinho a maior parte das suas páginas.

Assim, logo na primeira página e a toda a largura do jornal pode ler-se: «No momento em que a COSTA VERDE se veste de galas por motivo das festas a Sant'ago e do «V Campeonato do Mundo de Bihlar», o «Diário da Manhã» que vem dedicando a sua melhor atenção aos interesses das terras de Portugal e implicitamente a esta linda estância de repouso e turismo, saúda carinhosamente os campeões das onze nações concorrentes ao importante torneio, bem como o laborioso povo espinhense, fazendo votos ardentes para que ele veja atendidas, por quem de direito, as suas aspirações, que muito contribuirão para o progresso e desenvolvimento de Espinho».

Na segunda página e pela pena do redactor regionalista daquele diário, no artigo intitulado «A Costa Verde», pode ler-se: «Sabido é, pois

dito e redito está, que Espinho é hoje considerado por muitos banhistas, a «Rainha da praias» e o melhor clima marítimo de Portugal.

Em verdade «A COSTA VERDE», com a sua vastíssima praia sem rochedos que quebrem o ímpeto das vagas, com a pureza das suas águas, com o seu clima privilegiado... constituiu uma bela estância de repouso e turismo...»

Noutro artigo do mesmo diário lisboeta intitulado «Espinho, zona de turismo», lê-se ainda: «A Comissão de Iniciação de Espinho, instalada em 31 de Maio de 1923 e que teve como presidente o sr. dr. Arnaldo Monteiro, é das que mais vem trabalhando para o progresso e desenvolvimento da COSTA VERDE...»

E finalmente noutro artigo subordinado ao título «Espinho e a Aviação» lê-se: «Para a construção do aeroporto de Espinho concorreu com subsídios elevados a Sociedade Espinho-Praia, sempre pronta a auxiliar tudo que represente progresso e desenvolvimento do bom nome da COSTA VERDE...»

Prova inofismável da nossa razão não pode haver mais clara nem mais preempatória. Ela tem perto de meio século, espaço de tempo que não pode ser apagado, nem posto ao abandono, de um momento para o outro, perante o abuso inocente (?) de alguns e a inércia incompreensível daqueles que têm o alto dever de defender o nosso património.

Daqui, pois, se apela para a Comissão Municipal de Turismo de Espinho que faça valer os legítimos direitos de Espinho e não deixe por mãos alheias aquilo que com tanto amor, carinho e sacrifícios foi conquistado por mérito próprio — «Espinho, Cidade-Praia da Costa Verde».

A. B.

TELE-ROCHA

RUA 31, N.º 469

Telef. 920325 - 920977

ESPINHO

GRANDE CAMPANHA DE PREÇOS

Fogão misto Porta Botija com Espeto	8.990\$00
Fogão misto Porta Botija	6.990\$00
Trem Louça com 10 peças	1.500\$00
Ferros Automáticos	199\$00
Batedor (Varinha Mágica)	450\$00
Televisão a partir de	4.500\$00
Fritadeiras Eléctricas	1.400\$00
Cartuchos gravados	180\$00
Cassetes gravadas	00\$00
Cassetes virgens	25\$00
Cartuchos virgens	50\$00
Frigoríficos desde	4.900\$00
Secadores de metal	250\$00
Secadores de plástico	200\$00

MÓVEIS — ALCATIFAS — REPARAÇÕES



SEMANÁRIO (AVENÇADO)

FUNDADOR: BENJAMIM COSTA DIAS

PROPRIEDADE: EMPES — EMPRESA DE PUBLICIDADE DE ESPINHO, LDA.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA 19, N.º 62 — TELEFONE, 921525

Composição e Impressão: Of. Gráf. de «O Primeiro de Janeiro»

MESA REDONDA

COM O CORPO MÉDICO-TRABALHADOR DO HOSPITAL DE ESPINHO

(Continuação da 1.ª pág.)

nência total, dificilmente se poderão actualizar e valorizar profissionalmente.

Logo, se a C. I. for oficializada, a muito curto prazo o Hospital de Espinho perderá, segundo creio, a possibilidade de prestar os serviços que tem prestado até aqui. E a primeira coisa a perder será o Serviço, ou antes, o médico de URGÊNCIA, porque não considero o que existe, SERVIÇO DE URGÊNCIA. E mesmo não concebo como um Hospital concelhio possa ter um médico em serviço permanente.

No capítulo de Enfermagem o serviço é assegurado no género de gancho. Os enfermeiros acumulam a sua actividade no Hospital com outros serviços. Ora se o Hospital passar definitivamente a concelhio isso acabará porque têm que optar por um serviço em tempo completo. E no restante pessoal as consequências serão idênticas já que a cessação de especialidades e consequente transferência para outros hospitais obriga à transferência conjunta, dos meios humanos e materiais, inerentes a essa especialidade.

ferência para outros hospitais obriga, penso que os que sustentam que se deve nomear a C. I., para cumprir a lei, estão a fazer uma manipulação da lei, segundo os interesses de cada um, e gostaria de ver a sua reacção ao encararem as consequências do enquadramento do Hospital como concelhio.

Resumindo o Hospital de Espinho, se ficar concelhio, e segundo informações que tenho a nível de ministério, passará a ter apenas serviços de obstetria (partos), pediatria e primeiros socorros. Isto não é uma afirmação categórica, repito, porque não há nada escrito que o diga.

A posição dos trabalhadores é correctíssima, apesar de, a meu ver, isso ir de encontro aos interesses da colectividade, que também tem o direito de ser ouvida.

Dr. Pinto de Matos, ortopedista:

Há mais um pormenor que parece necessário para completar a intervenção do meu colega. É que o Hospital sendo um componente, juntamente com o Centro de Saúde e o Dispensário, ao ser qualificado como concelhio passará a servir unicamente o concelho e nas especialidades que lhe forem cometidas. Presentemente serve cerca de 60 mil pessoas, das quais metade são das regiões circunvizinhas, e concelhio passará a assistir 30 mil. Para este serviço bastará, proporcionalmente, metade do pessoal existente. Logo far-se-á sentir uma baixa no valor qualitativo de assistência.

Mas todas estas hipóteses são reflexo da inexistência dum política de saúde. Tudo são dúvidas e as certezas não são nenhuma.

Todo o pessoal trabalhador do Hospital é igualmente útil, mas os médicos, por ganharem mais, estão em melhores condições para apreciar as consequências da nomeação da C.I. e da manutenção do Hospital de Espinho como concelhio. Compreendem a motivação de certos trabalhadores ansiosos por verem definida a sua situação económica. Mas não compreendem, nem aceitam, que outras pessoas, em melhor situação económica, actuem do mesmo modo.

Pessoalmente tenho tido aqui uma função dupla que é a de trabalhador e de representante da C. A. da Câmara Municipal de Espinho e, nessa qualidade, sempre tenho lutado para que não se processe a despromoção do Hospital.

As populações, e neste caso a de Espinho, só têm a noção da assistência da saúde quando dela têm necessidade. Quando me aparece um trabalhador a lamentar a deficiência da assistência da saúde eu pergunto-lhe se ele ou o Sindicato em que está filiado já lutaram pela implantação dum Serviço de Saúde Nacional como desejam. A resposta não existe.

E na prática democrática que se apregoa, houve-se a cada passo que «o povo é quem mais ordena». Ouvimos isso aqui no Hospital. Esqueceram-se da grandeza maior que nos ultrapassa e à qual temos que dar resposta em termos democráticos dando uma resposta consequente às necessidades sanitárias da população de Espinho. E se falarmos em maiorias e minorias, para lá dum maioria estabelecida legitimamente, entre os trabalhadores do Hospital, há uma necessidade e uma maioria estabelecida pela população de Espinho que deseja e tem direito a uma assistência hospitalar muito boa.

E em face da indefinição e a inexistência dum política nacional de saúde estamos a jogar com base em determinados despachos, circulares e telefonemas que vêm dos Ministérios e das Direcções Gerais da Saúde e dos Hospitais o que pode condenar o Hospital de Espinho a ser concelhio e consequentemente a população de Espinho passar a ter uma assistência limitadíssima que, estou crente, não aceitará. E no entanto as C.I. existem nos Hospitais Centrais, Distritais e Concelhios não se tratando portanto de estar contra as C.I. O que procuramos é ganhar tempo, impedir que o Hospital seja despromovido e tentar que venha a ser melhor.

«DE» — Snr. Dr. Miranda Valente, não há um prazo limite para a nomeação da C.I. dado que o despacho para a sua eleição já data de Dezembro último?

Dr. Miranda Valente, Delegado de Saúde:

Desde que saiu o Decreto que se devia ter eleito. E eu tenho sido pressionado para isso.

Mas quando fomos a Lisboa para falar com o Ministro, e que não conseguimos por motivos de força maior, o Dr. Leonel Barreira que desempenhava um cargo importante na Direcção Geral de Saúde, disse-nos que não havia qualquer implicação negativa com a eleição da C.I., visto estar-se a proceder à reclassificação hospitalar, e a própria divisão administrativa terá que ser acompanhada pelo sector da saúde. Há hospitais que não podem continuar como Distritais e outros que serão pouco significativos como concelhios.

Com a regionalização é que se assentará quais os Hospitais a reclassificar, segundo as directrizes da Direcção Geral dos Hospitais.

Dr. Pinto de Matos:

E nessa reunião procuramos trocar impressões de molde a poder orientarmos no campo das hipóteses. Assim escolhemos três soluções hipotéticas:

1.ª — Continuar a lutar pela reclassificação do Hospital de Espinho, isoladamente, reformulando todo o relatório que já levamos, e é nela que ainda estamos inseridos.

2.ª — Admitir a união do Hospital de Espinho a outro Centro Hospitalar, talvez a Gaia, e em que Espinho assistiria as partes norte dos concelhos de Ovar e Feira e a parte sul do concelho de Gaia.

3.ª — Aceitar a ligação do Hospital de Espinho com o de Oleiros que também assegurava a assistência a uma grande região.

Dr. Moreira da Costa, cirurgião:

Se no fim da nossa luta verificarmos que o Hospital não é reclassificado Distrital, ou pelo menos não continua a exercer a assistência que tem exercido, é nossa intenção comunicarmos isso à população de Espinho para que ela, pelas vias que julgar convenientes, reivindique os direitos a que se julgar com direito.

Dr. José Brandão, clínica geral:

Penso que é de tentar, por todos os meios possíveis e válidos a passagem do Hospital a Distrital. Se a nomeação da C.I. implicar a permanência do Hospital concelhio e portanto cercar-lhe uma possível promoção, então acho que não se leve a eleger a C.I.

Dr. Jaime Magalhães, otorrino:

Em face da exposição feita pelos colegas estou inteiramente de acordo. Trata-se de defender um legítimo direito que o Hospital conquistou ao longo da sua existência.

Ainda o Hospital de Espinho

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO

De harmonia com o deliberado na reunião de Silvalde, a Comissão Administrativa da Câmara enviou ao Senhor Secretário de Estado da Saúde o seguinte ofício:

Senhor Secretário de Estado da Saúde

Lisboa, 20-5-1976

Excelência:

Desde há muito que Espinho vem solicitando, das autoridades competentes, que o seu Hospital seja classificado oficialmente em harmonia com os serviços que realmente presta. Ultimamente, e depois da divulgação do Decreto-Lei n.º 618/75, gerou-se entre a população — razão de ser do Hospital — um clima de dúvida e intranquilidade quanto ao seu futuro.

Por outro lado, dado que se pensa na «publicação da nova lei orgânica hospitalar» e que não estão concluídos «os resultados do trabalho que está a ser feito pelo grupo nomeado para estudar a integração dos estabelecimentos hospitalares das Misericórdias na Secretaria de Estado da Saúde», parece justificada tal intranquilidade.

Do estado de espírito da população fez-se eco a imprensa, como Vossa Excelência pode verificar pelo editorial, publicado no jornal «Defesa de Espinho», de que se remete fotocópia e que levou à reunião de significativa parte da população no Salão Paroquial de Silvalde, onde foi deliberado por unanimidade o seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL DA MISERICÓRDIA

Convocados regularmente, reuniram no passado dia 19 do corrente, pelas 21,30 horas, no Hospital de Espinho, os irmãos da Santa Casa da Misericórdia, a fim de deliberarem sobre a oficialização do Hospital.

A reunião foi a mais concorrida dos últimos anos.

O problema foi amplamente debatido, reconhecendo-se unanimemente que o Hospital de Espinho há muitos anos funciona em condições de não poder ser nivelado aos actuais hospitais concelhios do País, por ser, na realidade, muito superior.

Falou-se livremente de tudo: de Espinho e a vasta zona limítrofe que serve de terem habituado a ter ao seu serviço um verdadeiro hospital que não podem perder, referiu-se a incerteza em que se vive quanto ao futuro destino do Hospital; sustentou-se, unanimemente, que Espinho não pode prescindir do seu Hospital pelo menos a funcionar actualmente; e deliberou-se por unanimidade confiar à Mesa a defesa intransigente dos interesses do Hospital e da sua reclassificação como Distrital, e solicitar que se não nomeie qualquer Comissão Instaladora até à clarificação da posição do

1.º — Solicitar a Vossa Excelência uma entrevista, com a seguinte ordem de trabalhos:

a) Estudar a possibilidade de reclassificação do Hospital;

b) Obter a garantia de que a posse da comissão instaladora não implicará, em qualquer circunstância, a restrição dos serviços que o Hospital vem prestando nem prejuízo para os seus utentes;

2.º — Solicitar aos trabalhadores do Hospital, Centro de Saúde e SLAT que suspendam as diligências para a criação da «comissão instaladora» até serem conhecidos os resultados da entrevista com Vossa Excelência;

3.º — Solicitar da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Espinho, na sua qualidade de órgão oficial de ligação entre a população e o poder central, que proceda às diligências necessárias para a realização da mencionada entrevista.

É, pois, na sequência desta reunião e correspondendo à solicitação feita por representativa parte da população de Espinho que solicitamos a Vossa Excelência uma entrevista que deverá ter lugar o mais breve possível, a fim de trazer a tranquilidade aos espíritos e a justiça ao nosso Hospital.

Esperando a melhor compreensão de Vossa Excelência, para este pedido, aproveitamos a oportunidade para apresentar os nossos melhores cumprimentos.

O Vice-Presidente da Comissão Administrativa,

(Artur Pereira Bártolo)

Hospital, tendo sempre presentes as necessidades dos trabalhadores mais carecidos.

«Defesa de Espinho» regista a sinceridade com que os problemas foram postos e a homenagem prestada ao Hospital com a atitude assumida. Homenagem que em tudo confirma a que havia prestado o povo do concelho na reunião que realizara na véspera, em Silvalde.

COMUNICADO

Os Bombeiros do Distrito de Aveiro, em encontro de Direcções e Comandos efectuado, no dia 8 do corrente, em Albergaria-a-Velha, decidiram — além do mais que será apresentado na Reunião Nacional de Delegados, em Tomar, no próximo dia 29 — dar público conhecimento da eventualidade de não poderem satisfazer cabalmente a sua missão em emergências de sinistro, se as deficiências de meios materiais (estes desde há muito e repetidamente solicitados às superiores instâncias) não vierem a ser supridas com a imperativa e desejada prontidão.

FOTO DIN

FAUSTO & LEONEL, LDA.

Reportagens — Estúdio — Fotografia Industrial

Rua 19, n.º 198-2.º — Telef. 922267 — Apartado 124 — ESPINHO

Vinhos a granel, engarrafados e fabrico de puríssimo vinagre

Armazém: Tel. 50077

R. da Estação, 103

PORTO

Secção

engarrafados:

Telef. 50077

R. de Mirafior, 207

PORTO



UNIÃO VINÍCOLA ABASTECEDORA, LDA.

Armazém: Tel. 921195

Av. 24, N.º 425

ESPINHO

Fábrica de

vinagre:

Telef. 390400

R. José Mariani, 308

V. N. GAIA

Auto Internacional

Peças e Acessórios para Automóveis

Av. 24 n.º 1001 — Telef. 923028

ESPINHO

José Rodrigues da Costa & Filhos, Lda.

TAPEÇARIAS — ALCATIFAS — TAPETES — CAPACHOS
CORDAS E FIOS DE EMBALAGEM

OLEADOS E PLÁSTICOS

TELEFONE, 922375 - APARTADO N.º 4

ESTRADA DO GOLF

ESPINHO

ASSIM VAI A CIDADE

INFANTÁRIO DE ESPINHO

Pela Comissão de Equipamentos Colectivos foi aberto concurso, publicado no D. R. de 21 do corrente, para a adjudicação da empreitada do Infantário de Espinho.

O preço base do concurso é de 8.863.500\$00 e o prazo de execução é de trzentos e sessenta dias. Durante vinte e cinco dias serão aceites as propostas.

Finalmente vai ser recomçada a obra já iniciada e onde tinham sido gastas algumas centenas de contos e cuja utilidade é por demais evidente como por diversas vezes temos referido.

AVENIDA 24

A Junta Autónoma de Estradas do Distrito de Aveiro iniciou o melhoramento da primitiva faixa de roda-

gem da Avenida 24 que se encontra pavimentada a paralelepípedos. Por cima deste pavimento vai ser colocado um tapete betuminoso ficando as duas vias com igual piso.

Mais uma vez permitimo-nos chamar a atenção dos responsáveis para a colocação de sinalização de tráfego indicativa das alterações eventuais que se verificam a fim de evitar qualquer acidente.

VIADUTO SOBRE O CAMINHO DE FERRO

Por todo o próximo mês de Junho vão iniciar-se as obras de construção do viaduto sobre o traçado da via férrea a norte da Cidade.

Obra de larga importância rodoviária implantada imediatamente a norte do Rio Largo e a poente da linha do comboio será a ligação directa da zona ribeirinha da Cidade

à futura Avenida Espinho-Granja e à variante da E. N. 109.

Até à sua entrada em funcionamento terão os automobilistas que continuam a esperar, nas passagens de nível, com ou sem businadelas, a passagem dum para outro lado da via férrea.

ESPINHO EM FESTA

A Comissão (conjunta) de Angariação de Fundos, Associação Académica de Espinho — Sporting Clube de Espinho, levará a efeito, no próximo dia 16 de Junho (feriado municipal), pelas 22 horas, no Salão Nobre do Grande Casino local, uma «tombola dançante».

A mesma funcionará nos moldes das organizadas há anos atrás e que muito entusiasmarão novos e menos novos. Além dos conjuntos e variedades em actuação no Casino, haverá muitos prémios a distribuir, não faltando um «leitão» pronto a comer. Esta mesma comissão, levará a efeito várias festas de Verão, que no próximo número deste jornal anunciaremos, assim como as respectivas datas.

FALECIMENTOS

ESPINHO

Aníbal Adolfo Guedes Pinto Vilela, 54 anos, soteiro.

ANTA

António Rodrigues de Oliveira Barros, 39 anos, casado com Rosa Adalina de Oliveira Gomes.

As famílias enlutadas «DE» apreSENTA condolências.

NASCIMENTOS

ESPINHO

Ana Paula, filha de António Dias da Fonseca e de Maria Noémia Maganinho Rodrigues Crista.

Cláudio Noel, filho de Álvaro Pereira de Andrade e de Maria Ângela Pereira de Sá Andrade.

Armando Augusto, filho de Francisco Maia e de Maria Augusta Monteiro Soares.

CASAMENTOS

ESPINHO

Jorge Alves Santos Pereira e Maria Fátima Pinho Guedes.

ANTA

Carlos Alberto Baptista Monteiro e Maria da Luz Moreira dos Santos. José Joaquim do Couto Ferreira da Silva e Maria da Conceição Rodrigues Pinho.

José Ferreira Valente e Maria Lourinda Ferreira Pedrosa.

MOVIMENTO DO HOSPITAL DE ESPINHO

17-5-76 A 24-5-76

Internamentos Gerais	22
Exames Radiográficos	178
Crianças Nascidas	16

INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS

Oftalmologia	1
Ortopedia	4
Obstetria	2
Cirurgia Geral	8
Otorrino	13
Urologia	2

SERVIÇO DE URGÊNCIA

Homens	250
Mulheres	214

INTERNADOS ENTRE OUTROS

Ludovina Silva Santos
Celeste Fernandes Silva Brandão
José António Santos Pereira

MOVIMENTO DO PATRONATO DE ESPINHO

17-5-76 A 24-5-76

Infantário (de 1 mês aos 2 anos)	70
Jardim Infância (dos 3 aos 6 anos)	230
Tempos Livres (dos 7 aos 12 anos)	125
Total de Crianças	425
Sopas	330
Refeições Completas	125

ACTIVIDADES

Desenho, Colagem, Picotagem, Iniciação de escrita.

O PATRONATO AGRADECE A VOSSA VISITA.

PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

Do Partido Popular Democrático recebemos, com o pedido de publicação, o seguinte texto:

«O Partido Popular Democrático leva a efeito no próximo dia 4 de Junho, pelas 21h30m, no Salão da Piscina Solário Atlântico, um Colóquio sobre «A Crise da Indústria Artesanal de Tapetes na zona de Espinho», para a qual foram convidados importadores de matérias primas, pequenos e médios industriais e Comissões de Trabalhadores. Seguir-se-á um debate alargado a todos os que quiserem assistir e participar no Colóquio.»

NOVO JORNAL ESPINHENSE

Foi publicado no passado dia 21 do corrente mês o primeiro número de um novo Jornal espinhense, que será semanário e se anuncia simultaneamente como órgão de uma Cooperativa de Acção Cultural e como Jornal de formação e formação tendente a abranger toda a vasta zona que o nosso concelho serve, estendendo-se assim a toda a região concelhia e das freguesias limítrofes.

«Maré Viva» se chama o novo órgão. E «Nascente» foi a denominação aplicada à Cooperativa, que visará apoiar os pequenos grupos culturais que careçam de ajuda e realizar manifestações culturais variadas, designadamente nos campos do teatro e do cinema-clubismo.

«Defesa de Espinho» regista com agrado o aparecimento da nova entidade e do seu Jornal, endereçando a quantos trabalham e trabalharão pela concretização de tais obras as suas felicitações e os melhores votos de longa e próspera vida.

SILVALDE

ASSIM VAI A VIDA...

NOTÍCIAS BREVES

Está a trabalhar em pleno a Comissão da Festa de S. Tiago, na composição do respectivo Programa e na recolha de fundos.

Foi bem sucedido o primeiro sorteio, esgotado em oito dias, pelo que está em curso uma segunda série; no próximo domingo 30, haverá pedtório e leilão de prendas.

Ao que nos consta, está a pensar-se em termos realistas, sem extravagâncias, o que contribuirá para a unanimidade de acordo e colaboração da freguesia.

A Peregrinação a Santiago de Compostela, apesar do óbice simplesmente incompreensível do cancelamento de salvo-condutos para este género de saídas do País (é capaz de ser mais uma ideia luminosa dos senhores gonçalvistas), mantem-se marcada; mas agora para 3 e 4 de Julho e já com o máximo de inscrições previstas largamente ultrapassado, estando lotados 3 autocarros.

DESPORTO

Com justificado entusiasmo, disputou-se no sábado a meia-final do 1.º Torneio de Futebol de salão, com estes resultados:

Esperanças A-Heróis C. Vilas A, 1-2
Esperanças B-Silvadinho B, 2-1

Como se deduz, foram partidas equilibradas, com incertezas no marcador até final.

Ainda desta vez veio ao de cima certa efervescência nos ânimos de atletas e espectadores, mais derivada da vontade de vencer do que de acidentes de jogo de alguma importância.

Estarão, pois, na final as equipas dos Heróis A e Esperanças B para os primeiros lugares, e as outras para o seguintes.

O Conselho Desportivo está já a preparar a Sessão de entrega das Taças e prémios.

Muito em breve principiará a prática do Voleibol no Recinto.

ANTA

SERÁ POSSÍVEL?

O que se está a passar nos últimos anos, mais exactamente com o advento dos plásticos e similares de embalagens usados especialmente nos produtos de consumo doméstico, define indiscutivelmente o baixo nível de civilização de pessoas que permanente e despidoradamente não se coíbe de publicamente provar, o que julga abonar-lhe, talvez, referências elogiosas de auto-sanidade, quando ousam considerar a via pública e propriedade alheia, os locais para as lixeiras de tudo quanto em suas casas possa constituir presença inconveniente.

O respeito que deve merecer às pessoas que a tal se permitem, todas as outras que não usam os mesmos métodos, é particularidade que não afecta a (insensibilidade) de quem sem o menor reboço utiliza abusivamente locais onde a permanência dos seus despejos e a sua qualidade, para além do espectáculo deprimente que oferece, não deixa de revelar autêntico atentado à saúde pública.

Uma simples «Postura», com as respectivas consequências para os infractores, poderá parcialmente reduzir as proporções do mal, na medida

em que há habitações com meios e condições que permitam a extinção do supérfluo ao seu gosto e necessidades, mas que por condenável comodidade não o fazem. Outros, só têm como única alternativa, atendendo às próprias condições de habitabilidade locais e espaciais, o recurso a depósitos (silos) que além de devidamente ocaizados e para o efeito, diariamente neles depositem todos os seus excedentes.

Já em Setembro de 75 enviei para este mesmo jornal, para ser publicado, um articulado em que me referia a este caso e simultaneamente à proliferação de silvados em especial nas artérias onde a sua presença era menos admissível. Tal articulado, que não foi o único — não foi publicado, o que me levou a crer que se mantinha a prática do estilo de antanho, apesar de — outras épocas e outras gentes — mas, também pode ter-se dado a consequência de extravios, convenhamos, pouco crível.

O tempo, atitudes e todo um conjunto de circunstâncias mais ou menos complexas, por vezes pouco definidas, determinam ou aconselham nova reestruturação para imprimir

(Continua na pág. 9)

PODE SER ÚTIL

espectáculos

S. PEDRO

Hoje, Sexta-feira, dia 28 — **Golpe por golpe**, com Henry Yee Young e Won Lai — Interdito a menores de 18 anos.

Amanhã, Sábado, dia 29 — **O Facho e a Flecha**, com Burt Lancaster e Virginia Mayo — Para maiores de 10 anos.

Domingo, dia 30 — **French Connection N.º 2**, com Gene Hackman — Não aconselhável a menores de 18 anos.

Terça-feira, dia 1 — **O Trio Infernal**, com Michel Piccoli e Romy Schneider — Interdito a menores de 18 anos.

Quinta-feira, dia 3 — **O diabo dentro dela**, com Juliet Mills e Richard Soknson — Interdito a menores de 18 anos.

CASINO

Hoje, Sexta-feira, dia 28 — **A Fúria do Dragão**, com Nora Mias e Chuck Norris — Para maiores de 18 anos.

Amanhã, Sábado, dia 29 — **Tão amigos que nós éramos**, com Vittorio Gassman e Nino Manfredi — Para maiores de 13 anos.

Domingo, dia 30 — **Tão amigos que nós éramos**.

Segunda-feira, dia 31 — **Duas raparigas num pijama**, com Charlott Kinberg e Marcha Grant — Para maiores de 13 anos.

Quarta-feira, dia 2 — **Como casar a nossa filha?**, com Alberto Sordi e Anita Ekberg — Maiores de 18 anos.

Quinta-feira, dia 3 — **Cortina rasgada**, com Paul Newman e Julie Andrews — Para maiores de 14 anos.

farmácias

Sexta-feira — **Farmácia Paiva** — rua 19 n.º 319 — Telef. 920250
Sábado — **Farmácia Higiene** — rua 19 n.º 393 — Telef. 920320
Domingo — **Grande Farmácia** — rua 62 n.º 457 — Telef. 920092
Segunda-feira — **Farmácia Teixeira** — rua 19 n.º 46 — Telef. 920052
Terça-feira — **Farmácia Santos** — rua 19 n.º 263 — Telef. 920331
Quarta-feira — **Farmácia Paiva** — rua 19 n.º 319 — Telef. 920250
Quinta-feira — **Farmácia Higiene** — rua 19 n.º 393 — Telef. 920320

marés

DIA	PREIA-MAR	ALT.	BAIXA-MAR	ALT.
29	16.25	3 ^m .37	22.04	0 ^m .77
30	17.01	3 ^m .36	22.41	0 ^m .74
31	17.38	3 ^m .31	23.20	0 ^m .75
1	18.17	3 ^m .33	—	—
2	19.00	3 ^m .14	12.13	0 ^m .92
3	19.48	3 ^m .04	13.00	1 ^m .02
4	20.47	2 ^m .96	13.52	1 ^m .12
5	21.54	2 ^m .92	14.52	1 ^m .20

TELEFONES MAIS NECESSÁRIOS

Emergência	115	Câmara Municipal de Espinho	920020
Bombeiros V. Espinho	920005	Serviços Municipalizados	920040
Bombeiros V. Espinhenses	920042	P. S. P.	920038
Hospital de Espinho	920327	G. N. R.	920035
Centro de Enfermagem de Espinho	922392	Correios	920335
Praça de Táxis	920010	Abade de Espinho	920621
Posto Médico da Previdência	920664	Auto-Viação Espinho	920323
Centro de Saúde de Espinho	921167	Estação C.F.	920087

«DEFESA DE ESPINHO»

Preços de Assinatura Anual	V. Aérea	V. Normal
Portugal Continental e Ilhas Adjacentes ...		150\$00
Angola e Moçambique ...	368\$40	181\$20
Austrália, África do Sul, Rodésia, U.S.A. e Venezuela ...	472\$40	254\$00
Brasil ...	399\$00	181\$20
Alemanha e Luxemburgo ...	295\$60	154\$00
Espanha ...		181\$20
França ...		254\$00
Columbia ...		254\$00
Macau ...		254\$00

HORAS DE EXPEDIENTE: De segunda a sexta-feira das 14,30 às 19,30 horas e aos Sábados das 9 às 12,30 horas

CORFI - Organizações Industriais Textéis Manuel de Oliveira Violas, s. a. r. l.

SILVALDE - ESPINHO

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

SENHORES ACCIONISTAS:

Dando cumprimento ao disposto na Lei e nos Estatutos, vimos apresentar à vossa apreciação o Balanço e as Contas relativas ao exercício de 1975.

Como é do conhecimento geral, a nossa economia encontra-se a braços com uma grave crise, que não tem deixado de se agravar, e que já atingira uma intensidade alarmante antes do período em exame. De facto, já mesmo antes de 25 de Abril de 1974, e sobretudo após a chamada «crise do petróleo», no final de 1973, os aumentos dos custos de produção e as restrições impostas às economias ocidentais projectaram-nos num sentido decrescente, que começa, há pouco, — sobretudo nos Estados Unidos, Alemanha e França — a mudar de sentido. A nossa economia insere-se, portanto, num contexto internacional que experimenta melhoras que lhe são favoráveis, mas que está ainda longe, quicá, de reencontrar o seu equilíbrio em razão dos elementos de desestabilização que continuam a caracterizar o nosso processo político.

Dentro deste enquadramento, a nossa empresa encontrou dificuldades internas e externas, que fizeram com que o exercício de 1975 tivesse sido o pior de sempre, na sua história, que conta já mais de três décadas.

Do ponto de vista interno, a quebra de produtividade, consequente à agitação no ambiente de trabalho que resultou das manipulações realizadas no tristemente célebre «verão quente» foram o factor mais relevante. Infelizmente, o panorama foi demasiado generalizado nas empresas portuguesas, para merecer, da nossa parte, uma descrição pormenorizada. Do ponto de vista externo, experimentamos, também, uma apreciável redução dos mercados de exportação (que foi, quantas vezes, apontada como propositada manobra de «sabotagem económica» por parte dos dirigentes das empresas... e a que se juntaram dificuldades quanto ao abastecimento de matérias primas, em consequência do processo de descolonização e em razão do corte das fontes tradicionais de abastecimento das mesmas. Esta quebra traduziu-se num abaixamento de 15.562.613 Kgs produzidos em 1974 para 10.983.541 Kgs em 1975. Ter-se-á uma melhor visão da produtividade deste exercício se atentarmos em que a produção de 1974 representava somente cerca de 70% da nossa capacidade e que a produção de 1975 representa cerca de 50%. Como é evidente, a quebra da nossa produção não foi maior em consequência da prudente gestão dos nossos «stocks», que eram assaz elevados no início do ano de 1975.

A descapitalização a que a empresa foi submetida, por todas estas razões e ainda pelo aumento inoportuno das remunerações, que de 47.222.598\$60 em 1974 passou neste exercício para 80.882.367\$60, ou seja um aumento de 70%, impediu-nos de procedermos à realização de investimentos, panorama que não sabemos quando se modificará, sobretudo tendo em atenção o facto de as perspectivas para esta indústria se encontrarem muito toldadas em consequência da quebra das fontes tradicionais de abastecimento de matéria prima.

Além disso assiste-se a uma ofensiva dos países produtores da matéria prima que estabelecem, para a fibra de sisal, preços de venda CIF, mais elevados do que para os produtos fabricados, tornando assim impossível, a concorrência dos países somente transformadores, nos mercados internacionais.

Terminamos este relatório apresentando os nossos cumprimentos e agradecimentos ao Exmo. Conselho Fiscal, pela sua sempre pronta colaboração.

Silvalde - Espinho, 28 de Fevereiro de 1976.

A ADMINISTRAÇÃO

Manuel de Oliveira Violas
Rita Celeste Soares Violas
Augusto Lebegue Alves da Silva

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ACTIVO

CIRCULANTE

Disponível:		
Caixa	834.012\$10	
Depósitos à ordem	18.563.098\$26	19.397.110\$36
Realizável:		
Clientes	44.053.457\$13	
Fornecedores (saldos devedores)	3.974.567\$90	
Devedores em Conta Cobrança	2.549.588\$80	
Devedores e Credores	9.580\$00	
Letras a Receber	4.424.006\$90	
Matérias Primas	3.370.264\$10	
Arrecadações de Materiais	7.827.762\$47	
Manufacturas	59.650.335\$87	
Mercadorias Adquiridas para Venda	1.428.048\$16	127.287.611\$33

IMOBILIZADO

Afecto à Exploração:		
Imóveis	4.791.229\$82	
Equipamento Industrial	61.200.389\$60	
Gastos de Instalação	9.255.879\$80	
Móveis e Utensílios	2.558.145\$17	
Viaturas de Transporte e de Carga	831.220\$20	78.636.864\$59
Extra Exploração:		
Participações Financeiras	74.238.900\$70	74.238.900\$70

CONDICIONADO

Dívidas de Cobrança Duvidosa	651.376\$80	
Encargos Antecipados	120.000\$00	771.376\$80
Total do Activo		300.331.863\$78

SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA

ADQUIRIDA

LUCROS E PERDAS		
Saldo do Exercício Anterior	- 25.237\$27	
Prejuízo do Exercício	20.279.376\$26	20.254.138\$99
		320.586.002\$77

PASSIVO

EXIGIVEL

Clientes (saldos credores)	3.092.608\$50	
Fornecedores	3.383.351\$50	
Devedores e Credores	2.892.445\$88	
Encargos a Pagar	5.032.266\$00	14.400.671\$88

DE REGULARIZAÇÃO

Provisões	91.883.773\$80	
Reintegrações	68.301.557\$09	160.185.330\$89
Total do Passivo		174.586.002\$77

SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA

ANTERIOR

Capital	45.000.000\$00	
Fundo de Reserva Legal	5.250.000\$00	
Reserva para Reinvestimentos	95.750.000\$00	146.000.000\$00
		320.586.002\$77

CONTAS DE ORDEM

Cauções Estatutárias	150.000\$00	
Devedores por Garantias Prestadas	9.582.710\$00	
Deved. pelas Vendas da Exporcorda	1.213.326\$90	
Letras Descontadas	14.724.888\$90	
Aceites Bancários	8.172.388\$80	
Deved. Mercad. Exp. à Consignação	42.532\$20	
Credores por Acções Depositadas	150.000\$00	
Credores por Garantias Prestadas	9.582.710\$00	
Mercad. Exped. pela Exporcorda	1.213.326\$90	
Responsabil. por Letras Descont.	14.724.888\$90	
Responsab. por Aceites Bancários	8.172.388\$80	
Mercad. Expedidas à Consignação	42.532\$20	
	33.885.846\$80	33.885.846\$80

CORFI, 31/12/75

O TÉCNICO DE CONTAS

José Luís Rodrigues Augusto

A ADMINISTRAÇÃO

Manuel de Oliveira Violas
Rita Celeste Soares Violas
Augusto Lebegue Alves da Silva

DESENVOLVIMENTO DA CONTA «LUCROS E PERDAS»

	DÉBITO	CREDITO
Resultado da Exploração Geral	20.604.478\$46	
Ganhos e Perdas de Exercícios Findos		284.602\$20
Ganhos e Perdas Excepcionais		40.500\$00
Saldo do Exercício Anterior		25.237\$27
	20.604.478\$46	350.339\$47
SALDO APURADO:		
Saldo positivo do exercício anterior	- 25.237\$27	
Prejuízo do exercício	20.279.376\$26	20.254.138\$99
	20.604.478\$46	20.604.478\$46

CORFI, 31/12/75

O TÉCNICO DE CONTAS

José Luís Rodrigues Augusto

DESENVOLVIMENTO DA CONTA «EXPLORAÇÃO GERAL»

DÉBITOS

CUSTOS POR NATUREZA		
Consumo de Matérias Primas	161.915.384\$18	
Consumo de Materiais Subsidiários	7.032.265\$45	
Consumo de Materiais de Embalagem	3.663.598\$94	
Outros Consumos	3.782.880\$54	
Remunerações:		
Órgãos Sociais	1.309.500\$00	
Pessoal	66.272.830\$40	67.582.330\$40
Encargos Sociais	13.300.037\$20	
Conservação e Reparações	7.202.242\$75	
Encargos Diversos Industriais	2.531.398\$77	
Corretagens e Comissões de Compras	100.711\$20	
Amortizações	1.572.751\$35	
Custo de Mercad. Adquiridas p/ Venda	1.295.643\$67	
Gastos Diversos de Venda e Distribuição	18.819.364\$21	
Comissões de Vendas	2.386.397\$90	
Publicidade	184.302\$00	
Despesas de Viagem e de Representação	310.957\$40	
Encargos Diversos Administrativos	4.173.204\$88	
Encargos Financeiros	3.820.189\$60	
Contribuições e Impostos	19.401.662\$10	
Dotações a Provisões	19.528.064\$50	

CREDITOS

PROVEITOS POR NATUREZA		
Variação da Produção	6.254.226\$41	
Vendas	263.945.997\$73	
Serviços e Trabalhos Prestados	23.557.814\$30	
Resultados Financeiros	5.288.403\$70	
Resultados Acidentais	2.595.181\$24	
Regularização de Provisões	16.357.285\$20	
	338.603.387\$04	317.998.908\$58
Saldo		20.604.478\$46
	338.603.387\$04	338.603.387\$04

CORFI, 31/12/75

O TÉCNICO DE CONTAS

José Luís Rodrigues Augusto

(Continua na pág. 6)

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO

CONCURSO PÚBLICO

Faz-se público que, de harmonia com a deliberação tomada na reunião ordinária realizada em 15 do corrente, se encontra aberto concurso público pelo prazo de 20 dias, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no «Diário da República», para a execução das seguintes obras:

- 1 — Esgotos domésticos de parte da Freguesia de Anta.
Base de licitação . 1 352 835\$60
Depósito provisório . 33 820\$90
- 2 — Esgotos de Monte-Lírio
Base de licitação . 1 400 891\$50
Depósito provisório . 35 022\$50

Para ser admitido ao concurso é necessário efectuar na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações, os depósitos provisórios acima citados, mediante guias comprovativas preenchidas pelos concorrentes e estar inscrito como empreiteiro de obras públicas com alvará legalmente exigível.

O depósito definitivo será de 5% da importância da adjudicação.

O projecto, programa de concurso e cadernos de encargos poderão ser consultados na secretaria dos Serviços Municipalizados de Espinho, todos os dias úteis, durante as horas de expediente.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Espinho, 18 de Maio de 1976.

O Presidente do Conselho de Administração

Artur Pereira Bártolo

OBRAS NA ZONA TURÍSTICA DO CONCELHO

No último dia 19 reuniu a Comissão nomeada para a elaboração do plano de obras da zona de jogo de Espinho para destinar a aplicação de vinte e cinco por cento da receita de jogo.

Constituem a Comissão o Vice-Presidente da C. A. da Câmara Municipal de Espinho que preside, e os Srs. Arq.º Santos Costa, em representação da Direcção Geral de Turismo; Arq.º Neto Barroca da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização; Baptista Portela, inspector do Conselho de Inspeção de Jogos e Arq.º Reinaldo Costa, presidente da Comissão Municipal de Turismo de Espinho.

O plano de obras, aprovado por unanimidade, refere:

- 1 — Cinco mil contos para a passagem superior do Caminho de Ferro;
- 2 — Quinhentos contos para estudos e projectos das vias de comunicação e respectivo zoneamento urbanístico-turístico abrangendo a região de Silvalde, Paramos e Lagoa, a poente do Caminho de Ferro;
- 3 — Dois mil e seiscentos contos para preparação provisória das actuais vias de acesso ao Aeródromo de Paramos e Praia de Silvalde;
- 4 — Três mil e cinquenta contos para início de realizações incluídas no ponto 2.

As verbas arrecadadas e a arrecadar até ao fim do corrente ano perfazem onze mil e quinhentos contos.

CARTÓRIO NOTARIAL DE ESPINHO

A cargo da notária Lic. Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 12 de Maio de 1976, lavrada de folhas 78 verso e 82 do livro de notas para escrituras diversas B-Número quarenta e cinco, deste cartório notarial de Espinho, os senhores CLEMENTE SILVESTRE RODRIGUES SABENÇA, casado, residente na Rua 23, 837, desta cidade, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

Primeiro—A sociedade adopta a denominação «G. G. E.—GRANDE GARAGEM DE ESPINHO, LIMITADA» e tem a sua sede e estabelecimento na Rua sessenta e dois, número trezentos oitenta e quatro, em Espinho.

Parágrafo único—Por simples deliberação dos sócios tomada em assembleia geral poderão ser criadas ou encerradas agências, delegações, escritórios ou outras formas de representação.

Segundo—A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início conta-se a partir de dois de Janeiro de 1976.

Terceiro—O seu objecto é a indústria de reparação de automóveis, suas peças e acessórios, combustíveis e lubrificantes.

Parágrafo único—Este objecto poderá ser alterado, alargado ou restringido, mediante deliberação da assembleia geral, para

o exercício de qualquer outra actividade industrial ou comercial.

Quarto—O capital social, integralmente realizado, é de 1 000 000\$00, e corresponde à soma das quotas dos sócios que são as seguintes: Clemente Silvestre Rodrigues Sabença, 5000 000\$00; Clemente Eduardo Ramos Sabença, 250 000\$00 e Alvaro José Ramos Sabença, 250 000\$00.

Parágrafo primeiro—As quotas dos sócios Clemente Eduardo Ramos Sabença e Alvaro José Ramos Sabença foram realizadas em dinheiro e a quota do sócio Clemente Silvestre Rodrigues Sabença foi realizada pelos bens e valores, com a exclusão da máquina de lavar automática e elevadores da estação de serviço, que formam a diferença entre o activo e o passivo do seu estabelecimento comercial de reparação de automóveis, suas peças e acessórios, combustíveis e lubrificantes, que têm sido explorados em nome dele e no local que passa a ser a sede e estabelecimento da sociedade e isto no valor exacto de 719 175\$00, pois a parte restante da mesma diferença entre o activo e o passivo será creditada na conta particular do sócio Clemente Silvestre Rodrigues Sabença, sem vencimento de qualquer juros.

Parágrafo segundo—O referido estabelecimento denominado «Grande Garagem de Espinho, é transferido para a sociedade e a ela fica a pertencer, com todo o seu activo, nomeadamente, alvarás, licenças e demais direitos ligados à sua exploração e todo o seu passivo, incluindo todos os débitos titulados por letras em giro, aceites

pelo outorgante Clemente Silvestre Rodrigues Sabença, respeitantes a transacções comerciais relacionadas com a exploração do dito estabelecimento o qual se encontra instalado no prédio urbano na Rua sessenta e dois, número 384, desta cidade, inscrito sob o artigo 2 198, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Espinho, com o rendimento colectável de 27 000\$00.

Quinto—Poderão ser exibidas aos sócios prestações suplementares de capital por uma ou mais vezes, mas a deliberação da assembleia geral terá que reunir a totalidade de votos correspondentes ao capital.

Sexto—A cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade, devendo para o efeito ser-lhe comunicado o projecto da cessão por carta registada, com aviso de recepção.

Parágrafo único—O sócio que tenha débitos na sociedade não poderá ceder a sua quota enquanto o seu débito não esteja pago.

Sétimo—A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio quando: a)—por penhora ou arresto da quota ou quando, por qualquer motivo que não seja o de inventário, se deva proceder à sua arrematação ou adjudicação judicial; b)—o titular da quota deixe de observar ou infringir as cláusulas do pacto social ou as deliberações da assembleia geral; c)—o titular perturbe gravemente a vida ou a actividade da sociedade ou ofenda o crédito, o bom nome ou os interesses da sociedade; d)—por divórcio, separação judicial de pessoas e bens ou só bens, a quota ou parte da mesma não ficar a pertencer ao respectivo

titular e na parte que não lhe for adjudicada.

Parágrafo primeiro—O preço ou contrapartida da amortização será o valor da quota apurada pelo último balanço aprovado, tendo plena relevância e eficácia a sua aprovação ainda que só por maioria de sócios, excepto nos casos referidos nas alíneas b) e c), em que o seu valor será imperativamente o nominal ou o do último balanço aprovado quando por este o valor seja inferior ao valor nominal.

Parágrafo segundo—O preço da amortização será pago em quatro prestações semestrais e iguais, sem vencimentos de juros, prestações que serão tituladas por letras aceites.

Oitavo—A administração dos negócios e interesses sociais fica a pertencer à gerência, escolhida de entre os sócios, com dispensa de caução.

Parágrafo único—Os gerentes distribuirão entre si os respectivos serviços e a sua actividade será ou não remunerada conforme for deliberado em assembleia geral mas os gerentes remunerados ficam obrigados ao exercício activo e permanente da sua função.

Nono—Aos membros da gerência são concedidos os mais amplos poderes de gestão e administração, competindo-lhes praticar todos os actos e contratos tendentes à realização do objecto social e em especial: a)—representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, para o que ficam com plenos poderes para confessar, transigir e desistir em qualquer acção e comprometer-se em árbitros; b)—constituir mandatários, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 256 do

Código Comercial ou para qualquer outros fins.

Parágrafo primeiro—Os actos de mero expediente poderão ser assinados por um só gerente ou procurador, mas para que a sociedade fique validamente obrigada é necessário que os respectivos actos e contratos sejam assinados por dois gerentes ou por um gerente e um procurador.

Parágrafo segundo—É proibido aos gerentes e procuradores obrigar a sociedade em actos e contratos que não digam respeito ao objecto social, designadamente em letras de favor, fianças e outras responsabilidades semelhantes, havendo-se por ineficazes em relação à sociedade esses actos e contratos, mas os infractores responderão para com a sociedade pelos prejuízos que lhe causem, sem prejuízo do disposto no artigo sétimo.

Décimo—É expressamente proibido aos sócios, por si ou por interposta pessoa, quer só associados com outrem, ou por alguma maneira interessado, o exercício das actividades a que esta sociedade se dedica.

Parágrafo único—Da mesma forma, é expressamente proibido aos sócios por si ou por interposta pessoa, quer só quer associado com outrem, ou por alguma maneira interessado, o exercício de qualquer outra actividade a que esta sociedade não se dedique.

Décimo primeiro—As assembleias gerais para as quais a lei não prescreva outros prazos e formalidades serão convocadas por cartas registadas com a antecedência mínima de oito dias.

Décimo segundo—Para todas as questões emergentes deste contrato, entre os sócios ou entre eles e a sociedade, fica estipulado, como único competente, o foro da comarca de Espinho, com renúncia a qualquer outro.

Décimo terceiro—(Transitório).

Número um—Sem prejuízo da livre revogabilidade, são desde já nomeados gerentes os sócios Clemente Eduardo Ramos Sabença e Alvaro José Ramos Sabença.

Número dois—A designação dos gerentes neste acto tem o mesmo valor do feito em assembleia geral por simples deliberação dos sócios.

Número três—A gerência dos actuais sócios é obrigatória pelo que a sua recusa envolve o dever de ceder a sua quota sob o valor do último balanço aprovado.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL.

Espinho e cartório notarial, 14 de Maio de 1976. Ressalvo as emendas «quarenta» «GARAGEM» «LIMITADA» «deu» «seu» «capital» «sócios» «sócio» «serviço» «lubrificantes» «sessenta» «a» «arresto» «infrinja» «plena» «fica» «Parágrafo» «de» «liberado» «Aos» «necessário» «contratos» «interposta» «proibido» «interposta» «quer» «associado» «lei» «Sabença»; tracei «pois».

O Ajudante do Cartório,

José dos Santos Sil

CORFI — Organizações Industriais Textéis Manuel de Oliveira Violas, s. a. r. l.

(Continuação da pág. anterior)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS :

De acordo com as disposições dos Estatutos e da Lei vimos apresentar o parecer do Conselho Fiscal relativamente ao ano de mil, novecentos e setenta e cinco.

Como nos anos anteriores, sempre a Administração nos proporcionou a máxima colaboração na realização das nossas funções, tendo realizado o exame da contabilidade com a frequência estabelecida pela Lei, e que sempre encontramos em ordem.

Também no que respeita aos critérios valorimétricos utilizados, manifestamos a nossa concordância, já que são aqueles que sempre a

empresa utilizou: o do custo médio de laboração para os produtos fabricados e o do custo médio de aquisição para as matérias primas.

Terminamos este parecer propondo que os senhores accionistas aprovem o Balanço, Contas e Relatório da Administração, acompanhando tal aprovação com um voto de louvor, que propomos seja estendido aos fiéis colaboradores da Empresa.

Silvalde - Espinho, 5 de Março de 1976.

O CONSELHO FISCAL

Dr. Bento Coelho da Rocha
Mário Valente Leal
Francisco Joaquim Pais
Francisco João Gomes de Castro

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31-12-75

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Valor de Balanço		Valor total de aquisição	Diferenças	
				Unitário	Total		Flutuação de valores	Perdas levadas a resultados
1 — Participações Financeiras :								
1.1 — Quotas								
1.1.1 — Quota na Exporcorda-Exportadora de Cordoaria, Lda.	1	200.000\$00	200.000\$00	200.000\$00	200.000\$00	200.000\$00	—\$	—\$
1.1.2 — Quota na UNICORFIL-Transportes Marítimos de Cordoaria, Lda.	1	25.000\$00	25.000\$00	25.000\$00	25.000\$00	25.000\$00	—\$	—\$
1.2 — Acções								
1.2.1 — Acções da COTESI-Comp.ª de Têxteis Sintéticos, S.A.R.L.	12.050	1.000\$00	1.000\$00	1.000\$00	12.050.000\$00	12.050.000\$00	—\$	—\$
1.2.2 — Acções da I. I. I.-Investimentos Industriais e Imobiliários, S.A.R.L.	16.000	1.000\$00	1.000\$00	1.000\$00	16.000.000\$00	16.000.000\$00	—\$	—\$
1.2.3 — Acções da SOLVERDE-Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A.R.L.	6.000	1.000\$00	1.000\$00	1.000\$00	6.000.000\$00	6.000.000\$00	—\$	—\$
(A) 1.2.4 — Acções da CORFI-Espanola, S.A.	9.000	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$	—\$
1.9 — Total	43.052	—\$	—\$	—\$	39.463.900\$70	39.463.900\$70	—\$	—\$
2 — Outras Aplicações :								
2.1 — Títulos Nacionais								
2.1.1 — Títulos de dívida pública - Obrigações do Tesouro 10 % - 1975	1.000	500\$00	500\$00	500\$00	500.000\$00	500.000\$00	—\$	—\$
3 — Total Geral	44.052	—\$	—\$	—\$	74.238.900\$70	74.238.900\$70	—\$	—\$

(A) O valor nominal, preço médio de compra e valor unitário de Balanço das Acções do CORFI-ESPANOLA é de PTS. 10.000,00.



DESPORTO



FUTEBOL

«NACIONAL» — 2.^a DIVISÃO
ZONA NORTE

SP. ESPINHO, 1 — LAMAS, 1
E DO MAL... O MENOS!

Jogo em Espinho, no Campo da Avenida. Árbitro: João Gomes, do Porto. Tarde, de sol. Bastante público. Receita a orçar 100 contos.

SP. ESPINHO — Abrantes; Ribeirinho, Washington, Gonçalves e Amaral; Meireles (aos 66 m, Malagueta), Gentil e João Carlos; Eduardo, Lemos e Telé.

LAMAS — Defim; Tavares, Simplicio, Chico e Gattii Rui Manuel, Romão (Pinto da Rocha, aos 80 m.) e Quim Belinha Jorge Gomes, Astório Belinha (aos 86 m. Neves) e Carlos Silva.

Ao intervalo, 0-0. Golos, aos 62 minutos, por João Carlos, e aos 87 minutos, por Malagueta.

Na reabertura do «Avenida», o «derby» regional, que trouxe boa moldura humana, esteve longe de ser uma boa partida de futebol, valendo, apenas, ou fundamentalmente, pela incerteza de um resultado, já que os dois contendores, mais do que nunca, não queriam perder.

Começou benzinho a equipa local, com a certeza de que iria encontrar um Lamas postado numa defensiva cerrada e explorando o venenoso contra-ataque. Cedo, porém, as pro-

messas que reinaram até à vintena de minutos, ruíram e a equipa caiu na irregularidade exibicional que vem sendo pecha esta época. Os visitantes, no plano futebolístico, também não iam mais longe, porém o seu papel era defender-se e esperar a oportunidade. E cumpriram.

Ela veio, complicou mais a vida aos «tigres» e, depois, só a golpes de querer foi possível a obtenção do empate, valorizando-se a partida pela emoção, já que o bom jogo continuava ausente.

Resultado certo, exibição descolorida dos «tigres», onde pontificaram Amaral e Meireles, com João Carlos e Eduardo aqui e além.

No lado visitante, a defensiva esteve como peixe na água e o ex-«tigr» Simplício «secou» o reaparecido Lemcs, mandando também na área no jogo aerificado.

Arbitragem irregular, mais caseira, com a intrigante faceta de, junto aos guarda-redes, não permitir jogadas mais confusas, marcando falta sistemática contra os avançados, mesmo sem motivo aparente como se fosse proibido chegar perto dos guardiões.

N. J.

«Placard» de Resultados

FUTEBOL

«Torneio de Veteranos»
Ovarense-S. C. E. 3-1

VOLEIBOL

«Nacional da 3.^a Divisão»
Baskete Leça-A. A. E. 3-1

«Nacional de Juvenis» (Norte)
S. C. E.-Gin. Lamego 3-1

«Nacional de Iniciados» (Norte)
Gin. Lamego-A. A. E. 1-3

«Taça de Portugal» (2.^a eliminat.)
S. C. E.-Ac. de Braga 0-3

«Feminino — 3.^a Divisão»
A. A. E.-Rio Tinto 3-0

«Encerramento de Iniciados»
S. C. E.-A. A. E. 0-3
Esc. T. Lopes (A)-S. C. E. 0-3
S. C. E.-Esc. T. Lopes (B) 3-0

HÓQUEI EM PATINS

«Nacional Norte — Séniores»
Oliveirense-A. A. E. 5-1
A. A. E.-Infante Sagres 3-5

«Regional de Iniciados»
A. A. E.-Sanjoanense 4-2

«Regional de Infanti»
A. A. E. (A)-Pacense 13-4
A. A. E. (B)-F. C. Porto adiado

Guia isolado de série, os jovens campeões da A. A. E. (A), têm-se mostrado endiabradas «máquinas», e o facto disso são a elevada produção em série de golos.

«Regional de Juniores»
A. A. E.-S. Caetano 5-2

Classificação Final

	J	V	E	D	P
1.º Sanjoanense	6	4	1	1	15
2.º C. D. U. P.	6	4	1	1	15
3.º A. A. E.	6	2	2	2	12
4.º S. Caetano	6	0	0	6	6

Terminado o regional, a equipa de S. João da Madeira ficou apurada para a Fase Final.

Aos nossos hoquistas resta-lhes a próxima época para fazerem jus ao seu valor.

HANDEBOL

«Regional da 3.^a Divisão»
Moc. Invicta-S. C. E. f.c.-V.

Jogo referente ao regional Portuense que estava em atraso, mas sem alteração para os campeões de série — os «tigres».

Entretanto começou a disputar-se na Quarta-Feira a Fase Final do mesmo campeonato, tendo o S. C. E., por sorteio, defrontado na 1.^a jornada, o Monte dos Burgos. À hora da composição do jornal, não nos é possível fazer o respectivo relato.

ATLETISMO

A Fase Distrital de Aveiro do «Torneio Juvenis», não se efectuou como estava previsto na tarde do passado sábado, dia 22, devido a alteração imposta pela D.G.D.; no entanto a realização desta fase está marcada para amanhã, às 15 horas, na pista do Estádio Conde Dias Garcia, em S. João da Madeira.

Resta-nos lembrar que foram apuradas 45 jovens espinhenses, sendo 30 do N.A.A.S.C.E., 9 de Silvalde e 6 da Escola Comercial.

P. M.



Esta a valorosa formação de Juvenis do S. C. de Espinho, que esta época fez jus ao seu real valor, ao situar-se na 2.^a posição do Regional Aveirense e na 2.^a na fase imediata do «Nacional», logo depois do F. C. do Porto. Eis os jovens componentes da equipa; de pé, e da esquerda para a direita: Rogério, Luís, Domingos, Brito e Rui; em baixo, pela mesma ordem: Sabença, Marques, Ferreira, Gil, Jesus e Artur.

BADMINTON — É notícia!...

Como deve ter sido do conhecimento dos espinhenses mais afectos aos meios desportivos, efectuaram-se no passado Sábado e Domingo respectivamente, os jogos referentes ao TORNEIO NACIONAL DE EQUIPAS-MASCULINAS, para as categorias de seniores — 2.^{as} categorias e que teve por cenário o Pavilhão do Sporting de Espinho.

A organização esteve a cargo da Federação Portuguesa de Badminton e teve a participação de cerca de 15 equipas, representativas de clubes de Norte a Sul do país. Este belo certame desportivo, era efectuado por diversas eliminatórias na 1.^a jornada, sendo disputadas no Domingo as 1/2 finais e finais com apuramentos do 4.º, 3.º, 2.º e vencedor desta competição, por equipas.

Como os resultados são factor que não merecem especial atenção dos nossos leitores, em virtude de Espinho não ter nenhuma equipa concorrente ao torneio, «Defesa de Espinho» ouviu no local dos jogos, dois elementos mais directamente ligados à modalidade. Em primeiro as palavras do Professor Gouveia, responsável da D.G.D. de Aveiro a quem começamos por perguntar:

«Quais os principais motivos que levaram a F.P. de Badminton, a escolher a cidade de Espinho como palco para este Torneio Nacional?»

«Primeiro houve uma proposta da Comissão Delegada do Norte da F.P.B., que propunha Espinho como lugar destinado à realização do mesmo, a qual muito naturalmente foi aceite; segundo havia necessidade de estimular os jogadores de 3.^{as} e 2.^{as} categorias, e ao mesmo tempo para fazermos uma divulgação da modalidade numa cidade onde mais tarde se espera, que se forme um núcleo de Badminton.

«Numa opinião geral, como antevê que este certame possa a vir influenciar desportistas espinhenses, para a prática de tão bela modalidade?»

«Sendo o Badminton uma modalidade que não pode ser divulgada com a exibição individual de jogadores, a contemplação da exibição de equipas pode ser um arranque para a formação nesta cidade de uma equipa para a prática competitiva.

«Quais as dificuldades encaradas por esta modalidade, tão pouco divulgada?»

«Antes da revolução do 25 de Abril, o Badminton era jogo de elites porque nessa altura a F.P.B. recebia anualmente, da Direcção-Geral dos Desportos, só 25 contos; como presentemente esta verba subiu consideravelmente para 1 000 contos, que em parte se pode considerar exagerada, há maiores e melhores possibilidades de fazer uma campanha de divulgação a todos os níveis. Outra das dificuldades que tornaram este desporto «apagado», foi a falta e deficiente informação que sempre

tem sido prestada pelos órgãos informativos.

«Como encara a perspectiva do S.C.E. vir num futuro próximo, a votar-se para a prática oficial da modalidade?»

«A comissão do Norte teria muito prazer na abertura de uma secção por parte dos responsáveis do S.C.E., e adiante que teríamos de ter obrigatoriamente nesta cidade um técnico, para um contacto e ensino permanente com os futuros praticantes.

«Qual a sua impressão sobre a receptividade por parte dos espectadores espinhenses, que neste momento assistem à realização deste torneio?»

«Infelizmente aqui em Espinho como noutras locais do país, o nosso povo ainda não viu no Badminton qualquer significado que o torne uma modalidade desportiva, pelo facto de este ser jogado com uma simples rede e uma insignificante «pena», material que não se assemelha aos outros tão populares desportos da bola.

Ouvimos também o sr. José Ribeiro, um dos responsáveis do Departamento de Actividades Amadoras do S. C. de Espinho:

«Estará no pensamento do DAA do S.C.E., levar a cabo a abertura no seio do clube de uma secção de Badminton, ou se então a prática deste se limitaria ao simples convívio e lazer entre alguns dirigentes e associados, como vem acontecendo de alguns meses para cá

«No nosso entender, presentemente a prática deste desporto será como passatempo, mas na época que se avizinha terá de ser assunto a resolver pela próxima Direcção; também os jovens terão uma palavra a dizer, no respeito à adesão que possam vir a dispendir para a prática da modalidade.

Do depoimento que oferecemos aos nossos leitores e desportistas em geral, deixamos ao critério dos mesmos as respectivas críticas e louvores a esta ainda pobre mas significativa modalidade desportiva — uma das mais belas de todas que temos visto.

PAULO MALHEIRO

MAIS DESPORTO NA PÁGINA 9

ALUGA-SE

Armazem, na Rua 22, N.º 1200

ESPINHO

GRANDE CASINO DE ESPINHO

ONDE O NORTE SE DIVERTE

* MÚSICA DE BAILE *

Pelos Conjuntos :

- TOP GROUP SHOW
- SURPRISE

Orquestra de SHEGUNDO GALARZA

* V A R I E D A D E S *

- Miss Leslie Show — «Ballet» Inglês
- Conde de Aguilar — Ilusionista Português
- Alice Maria — Cançonetista Portuguesa

* RESTAURANTE - BOITE *

Jantares Concerto — Esmerado Serviço seguido de Baile e Variedades

— SLOT - MACHINES —

* C I N E - T E A T R O *

SESSÕES TODOS OS DIAS — às 15,30 e 21,30 horas

* SALÃO DE FESTAS *

AOS DOMINGOS

MATINÉS DANÇANTES às 16 horas

com os Conjuntos privativos do Casino

à venda**VENDE-SE**

Prédio na Rua 14-967-1.º andar e R/c
alugado a comércio

Falar por favor ao Senhor Luís Silva,
na Fábrica Progresso ou telef. 922150

VENDE-SE

TERRENO COM 500 m2
NO MONTE LÍRIO,
COM PLANO DE URBANIZA-
ÇÃO APROVADO
FALAR AV. 8, N.º 886

VENDE-SE

Carrinha marca Renault 4-L
e carro Peugeot 404

Falar na Rua 27 N.º 87
ESPINHO

**ANDARES
VENDEM-SE**

PRONTOS A HABITAR
NA ZONA RESIDENCIAL
DE ESPINHO
EM FRENTE AO PARQUE
ANGULO DAS RUAS 20 E 23

Andares, de óptima construção, com 5 e 6 assoalhadas,
com todas as comodidades, alcatifados, aquecimento,
cozinha tipo italiana, extractores de fumo, renovadores
de ar, com 2 elevadores, etc.

Contactar: excepto aos sábados
SALÃO LORD — TELEF. 920234 — ESPINHO

fabricantes**MÁRMORES E GRANITOS**

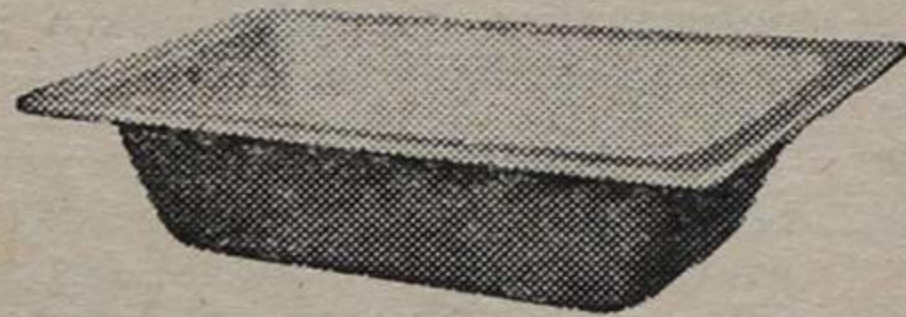
MÁRMORES PARA TODAS AS APLICAÇÕES

DE

VITORINO LOPES DA CRUZ

Telef. 920565 — Monte Lírio — ESPINHO

Novas Instalações da Oficina de Mármore — Rua 7, N.º 561

METALÚRGICA RECOR S.A.R.L.

Fabricante de banheiras de
ferro fundido e esmaltado.
Mobiliário metálico para quar-
tos de banho, máquinas de
furar e tornos de bancada.

TELEF.: 23155/6

ARRIFANA — FEIRA

médicos**DR. AUCINDIO VALENTE**

MÉDICO ESPECIALISTA

Doenças Nervosas e Mentais

Rua 20 n.º 500-1.º

Telef. 921014

Dias: 3.as e 6.as-feiras
com hora marcada

DR.ª EMÍLIA PEDROSA SANTIAGO

Doenças de Senhoras

Largo da Graciosa, 41-1.º

Telef. 921891 ESPINHO

Consultas — Dias úteis das 16
às 19 horas

PINTO DE MATOS

Médico Especialista ex-Assistente dos
Serviços de Ortopedia das Universi-
dades de Lausane e Edimburgo

Fracturas e Doenças dos Ossos
e Articulações

Rua 19 n.º 364-1.º — Telef. 921218
ESPINHO

DR. ROGÉRIO RIBEIRO

Médico Especialista de Medicina
Física e Reabilitação

Consultórios: Rua 20 n.º 500-1.º
Telefone, 921014 — ESPINHO

R. de S.ta Catarina, n.º 778-1.º
Telefone, 33868 — PORTO

REINALDO DE ALMEIDA

Especialista pela Ordem
dos Médicos

Clínica Dentária

Rua 16, N.º 545 — Espinho

Marcações pelo Telef. 922931

tratamentos**CENTRO DE ENFERMAGEM
DE ESPINHO**

Todos os serviços de enfermagem
oxigénio, camas articuladas, etc.

Ambulâncias com oxigénio para
transporte de doentes

Horário: das 9 às 12 e das 14 às 20 h.

Telef. 921587 (das 9 às 20 h.)

Telefone de urgência 922329

Rua 16 n.º 868 — ESPINHO

diversos

FOTOGRAFIAS TIPO PASSE EM

10 segundos

**CENTRO FOTOGRÁFICO
de Álvaro Nunes de Pinho**

— Tudo para Fotografia e Cinema — Retratos e Relojoaria —

RUA 8, N.º 645

ESPINHO

**Electrogás Estrela de Espinho, Lda.
GAZCIDLA**

Único distribuidor no Concelho de Espinho

Aparelhagem electrodoméstica — Rádio e TV — Estofos e Móveis
Agente Oficial AEG e TELEFUNKEN

Rua 23, N.º 252 — Telefone, 920806 — ESPINHO

advogados **AMADEU J. MORAIS**

ADVOGADO

Escritório: Rua 20, N.º 412
Telef.: 920273

As segundas, quintas e sextas,
a partir das 17 h.

FERNANDO GUIMARÃES

ADVOGADO

Escritórios: R. 19, 927 — Telef. 922165
ESPINHO

Pr. Carlos Alberto, 60 — Telef. 380516
PORTO

Residência:
Rua 33, 1605 — Telef. 922432
ESPINHO

PICHELEIRO

Encarrego-me de todo o serviço de Pi-
cheleiro e Canalizador com a máxima
perfeição e rapidez. Serviço ao domi-
cílio.

MÁRIO DA SILVA ESTEVES

Telef. 920415 p. f., ou dirigir-se
à antiga casa «Zé de Gaia»,
na Rua 33

CASA DAS CHAVES

F. S. SILVA

Rua 23 N.º 444-R/C — Espinho

Especializada em consertos e modifi-
cações de fechaduras — Mandar fazer a
sua chave apenas em um minuto —
Cofres portáteis — Fechaduras e Sinais
de Alarme, etc.

**PAPELARIA ATLÂNTICO
NORTE, LDA.**

Av. 24 n.º 1013 — Telef. 922776
ESPINHO

(em frente à «Feira»)

Agente da «Texas Instruments»
Material de Escritório
Livros Escolares

**FERREIRA DE CAMPOS
DULCE DE OLIVEIRA CAMPOS**

Advogados

Rua 11 n.º 877 — Telef. 922210

ESPINHO

ourivesarias**OURIVESARIA CONFIANÇA**

Uma casa antiga (1890) que com as suas instalações

BOM GOSTO E SIMPATIA

ACOMPANHA OS TEMPOS MODERNOS

OURO — JOALHARIA — PRATAS — RELÓGIOS

RUA 19, N.º 307

ESPINHO

hotelaria

Restaurante
Snack — Discoteca

CABANA

TELEFS. 921322-921966

CABANA — Sugere aos seus estimados
clientes

SNACK-BAR — Pratos do dia económicos

2.ª Feira — Bacalhau à CABANA

4.ª Feira — Chisalhada c/ Feijão Verme-
lho à Transmontana

5.ª Feira — Frango de Caril à CABANA

6.ª Feira — Peixe à Portuguesa

SÁBADO — Papas de Sarrabulho c/ Rojões

DOMINGO — Pratos Especiais

TERÇA-FEIRA — DESCANSO DO PESSOAL

Preços especiais de OUTUBRO a MAIO

— Aos Domingos — Matinés Dançantes —

CALISTA

Consultas em Espinho

9 às 13 h. — 14,30 às 19 h.

Telefone, 923178

Rua 25 n.º 48 — Todos os dias

PINHO — OURIVESARIA — RELOJOARIA

— DE —

MANUEL DA SILVA RÔLO

Agência Oficial das marcas:

«ZENITH», «MAYO SUPER», «VULCAIN», «JUNGHANS», ETC.
OFICINAS PRÓPRIAS

RUA 14, N.º 689

TELEFONE, 922602

ESPINHO

DEPOIMENTO

(Continuação da 8.ª pág.)

liberdades essenciais da pessoa humana. Aceitemos tudo isso mesmo que tenhamos que reconhecer que, infelizmente, também na ainda curta vida da Revolução de 25 de Abril já houve tentativas, de alguns que a fizeram ou a apoiaram, para instaurar, em nome da defesa do Povo, uma ditadura de uma classe, um Governo de um só partido (ou pelo menos controlado por um só partido), para adiar e mesmo evitar eleições livres e democráticas em nome da alegada menoridade política de todo um Povo, ou em vista a salvaguardar uma qualquer ordem, tranquilidade ou paz sociais, e que também se verificaram e ainda continuam a verificar autênticas perseguições políticas que a Revolução não reclamava nem reclama e que só se podem explicar por excesso de poder pessoal ou institucional.

Aceitemos de uma vez para sempre que a ditadura Salazarista Caetanista era o regime retrógrado e reaccionário que, contra os ensinamentos ou sugestões da análise da história e das condições de equilíbrio de forças políticas mundiais e nacionais, se preparava para perpetuar uma guerra colonial sem sentido, impopular cá dentro e lá fora, insensível aos apelos nacionais e internacionais à negociação com os povos oprimidos e explorados das colónias em vista da concessão de uma gradual mas inevitável e segura autodeterminação que negros e brancos indubitavelmente desejavam. Aceitemos isso, mesmo que tenhamos que reconhecer que a descolonização não foi de facto exemplar, que a passagem do testemunho não foi de facto dignificante e que em nome da defesa, que se quis intransigente, da pureza da ideologia descolonizante, houve na verdade uma autêntica demissão da função essencial de qualquer governo ou Estado que se preze: a defesa da segurança pessoal, vida, haveres (não riqueza!) e profissão dos cidadãos que compõem o seu povo. Neste aspecto, pode-se legitimamente duvidar que um qualquer referendo colonial ou metropolitano pudessem equacionar ou pôr em alternativa todas as soluções possíveis ou todos os possíveis aspectos, ou todas as eventuais etapas da descolonização que o programa do M.F.A. tenuemente sugeria, mas de certo que um amplo e sereno debate das

soluções políticas possíveis das guerras coloniais, e tendo em vista a evolução provável dessas guerras e a correlação de forças e interesses nacionais e internacionais em presença, sempre conduziria à independência das Colónias sem as trágicas sequelas humanas de todos bem conhecidos e que são, sem dúvida, um factor negativo da descolonização.

Aceitemos de uma vez por todas que um regime que em quarenta e oito anos não conseguiu dar à maior parte dos portugueses condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana, criando desigualdades sociais que envergonham e são um permanente alerta às consciências que não se aviltam nem se demitem, um regime desses não merece ser lembrado com qualquer espécie de saudosismo, complacência ou bonomia e nunca mais deverá ser restaurado em qualquer País de onde foi banido. Aceitemos isso, mesmo que tenhamos que reconhecer que os sucessivos Governos provisórios posteriores à Revolução de 25 de Abril, e a maioria dos partidos políticos, mais enfeudados ao conteúdo e Comandos abstractos das suas ideologias e dos seus princípios programáticos do que apostados na análise concreta dos dados conjunturais da nossa economia, das forças produtivas em presença, das leis, já estudadas, dos investimentos e da administração das finanças públicas e privadas e da política da distribuição de rendimentos e da mecânica das fontes da riqueza, esses governos raramente conseguiram melhorar o nível de vida das «classes mais desfavorecidas» mesmo à custa do empobrecimento de alguns dos mais abastados.

Poderá parecer redundante a afirmação destes princípios. Mas tal afirmação já é, por si só, uma atitude. É que, a incapacidade ou resolver os problemas concretos do nosso País e a maneira deficiente ou incompleta como eles são resolvidos gera para aí muito saudosismo dos «bons velhos tempos». Daí que aos técnicos e aos políticos incumba resolvê-los urgentemente. Já

Aos que simplesmente pretendem praticar a democracia e a defendem não obstante os seus atropelos e as suas hesitações, apenas se lhes pode exigir que lutem por ela. Intransigentemente. É o que procuro fazer.

José Augusto

ANTA

(Continuação da pág. 4)

diferentes rumos, normalmente com intenção de melhorar, objectivo que nem sempre se confirma.

Mas, retomemos o fio à meada e lembremos as indispensáveis medidas para definitivamente pôr cobro a existência de antros pestilentos que põem em causa a saúde de todos nós,

o que nos leva a insistir e exigir da entidade ou entidades responsáveis a promoção de disposições que obrigatoriamente sejam acatadas, são isentando o trabalho de recolha que deve ser efectuado com toda a regularidade, pelo menos duas vezes por semana, percorrendo os locais que a Junta deverá indicar, ainda que para tanto haja que dispor de um empregado para colaborar na remoção.

Anta — e não só — faz parte integrante de Espinho, que apesar de tudo, não abdica da promoção que — muito bem — lhe foi dada, mas que esta não se limita somente à área da freguesia que denomina a Cidade.

Do trabalho ultimamente realizado nas ruas 19 e 33 e que há muito se impunha, esperemos que seja para continuar e que todos compreendamos o dever que nos é imposto pela colaboração a prestar.

Onde todos pagam...

A. O. e S.

PRECISA-SE

SALA OU ARMAZÉM, COM A
ÁREA DE CERCA DE 100 m²,
PARA GINÁSTICA

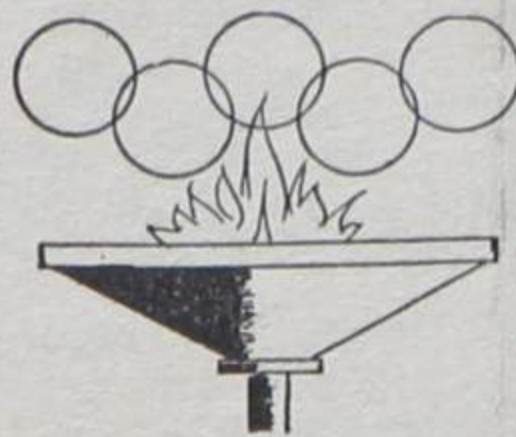
TELEF. 923353

LUSOTUFO

Tapetes — Carpetes — Alcatifas

Telefone, 72005

CORTEGAÇA



DESPORTO

FESTIVAL DE GINÁSTICA

Para encerrar na presente época o programa de ginástica e iniciação desportiva que há dois anos vêm mantendo com o patrocínio da Solverde nas escolas primárias do Concelho, a Académica de Espinho e o Sporting realizaram no passado Sábado pelas 15 horas, no Campo da Avenida uma concentração de todas as crianças que beneficiam da iniciativa e que fizeram a sua movimentação desportiva, dentro da prática seguida durante o último ano.

Mais de 3 000 crianças, peçando o campo, em acção simultânea, mostraram, em sistema rotativo, por escolas e grupos, os exercícios que durante o ano haviam realizado, fornecendo claro exemplo de disciplina desportiva, de como se brinca trabalhando e colhendo para a saúde proveitos que só mais tarde compreenderão.

De autêntico e grandioso Festival

VOLEIBOL

Será desta?

Realiza-se amanhã, sábado, dia 29, pelas 17 horas no pavilhão da Ac. de Espinho, o jogo entre a turma local e o Leixões, a contar para a Taça Nacional de Iniciados. Seria mais um jogo, a acrescentar a tantos outros que estas equipas têm realizado, se não fosse o caso dele ser decisivo para a conquista do 1.º lugar da zona norte. A equipa que sair vencedora deste encontro, ficará, praticamente, apurada para disputar no próximo dia 12 de Junho, em Aveiro, a «final» da competição com o representante da zona sul.

Em encontro disputado no seu campo quando do «regional», os «academistas» foram vencidos pelos leixonenses, numa altura em que atravessavam um mau período de forma física, assim como estavam praticamente sem responsável técnico, visto o mesmo se encontrar no serviço militar. Agora, já melhor preparados e a atravessar uma ocasião de recuperação, estamos certos que os espinhenses irão procurar, não só proporcionar um excelente jogo de voleibol, como tentarem sair vencedores deste desafio. A terminar, esperemos que os prosélitos da AAE e desportistas locais se façam representar, apoiando os atletas neste jogo, que se prevê cheio de emoção e de bom voleibol.

TASC

CARLOS RUI EDMOND REIS DA SILVA

MISSA DO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO SEU FALECIMENTO



No próximo dia 2 do mês de Junho, passa o 1.º aniversário que Deus chamou ao seu Reino, tendo-nos deixado muitas saudades, vertido muitas lágrimas e uma recordação que já mais se apagará da nossa memória.

Pela Paz da tua alma elevamos ao Ceu as nossas preces, mandando rezeu uma missa que terá lugar na Igreja Matriz de Espinho, às 19 horas.

A família do extinto querido, roga a todas as pessoas das suas relações e amizade, o favor de assistirem em sua memória a este piedoso acto, o que de antemão agradecem reconhecidos.

A FAMÍLIA

MOSAICO

A comissão conjunta de angariação de fundos da AAE-SCE, está a preparar um programa desportivo que, possivelmente, se realizará em 16 ou 17 de Junho.

Também consta do programa da mesma comissão uma «tômbola dançante», a realizar no dia 16 do mesmo mês, no Grande Casino de Espinho. Os espinhenses irão ter oportunidade de voltar aos «bons velhos tempos». Vários prémios irão estar em distribuição.

Uma certeza para já: não faltará um «leitão» pronto a comer!

A fim de frequentarem um estágio de praticantes de halterofilia, deslocaram-se a Lisboa, no passado dia 22, os seguintes atletas:

A. A. Espinho — Nuno Queirós e Salvador Silva
Liceu de Espinho — Joaquim Silva
Escola I. C. Espinho — Luís Carvalho

Refira-se que estes atletas, foram escolhidos para participarem neste estágio por terem obtido boas classificações nas diversas provas organizadas.

Uma equipa senior de hóquei em patins da Suíça, que inclui 4 internacionais, pretende vir até Espinho, efectuar um jogo amigável, no período de 1 a 15 de Agosto próximo.

A Volta a Portugal em miniatura, que tradicionalmente se realiza no mês de Agosto, já se encontra em «Construção». A Fábrica de malhas Artirene, volta a organizar a mesma, em colaboração com a Comissão Municipal de Turismo. Segundo parece, o percurso será alargado este ano até Nogueira da Regedoura, S. Paio de Oleiros e Esmoriz.

Os Juvenis da equipa de Voleibol dos Académicos, irão este ano ser os responsáveis pela organização do 3.º Torneio de Verão de Voleibol. Esperemos, que estes consigam dar, mais uma vez, a projecção desejada.

É dada como certa, a criação da secção de Judo na A. A. de Espinho. Elementos afectos à A. J. do Porto, já se deslocaram a Espinho, efectuando conversações com a Direcção do Clube. Brevemente devem abrir as inscrições a ambos os sexos.

TASC

JUDO

CAMPEONATOS NACIONAIS DE JUNIORES

É já no próximo domingo dia 30 de Maio, que se realiza no pavilhão da Académica de Espinho, com início às 9,30, o Nacional de Juniores.

Estarão presentes representantes das Associações do Porto, Lisboa, Setúbal, Santarém, Algarve e Açores, devendo a de Lisboa fazer-se representar com o campeão de «leves» do ano anterior João Paulo Mendonça, e a de Setúbal, com o campeão de «médios» Saúl Conceição.

A pesagem dos atletas, será na Casa do Desporto, no Porto, assim como o sorteio dos lugares das competições. O horário será o seguinte:

Leves (63 kg) — início às 9,30 horas
M/Médios (63 a 70 kg) — início às 12,30 horas
Médios (70 a 80 kg) — início às 15,30 horas
M/Pesados (80 a 93 kg) — início às 18,30 horas

Esperemos que seja uma boa prova de propaganda da modalidade, que brevemente, esperamos ver a funcionar na A. A. de Espinho.

TASC

Constituição da República Portuguesa

(Continuação do número anterior)

PARTE I

DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS

TÍTULO I

Princípios Gerais

ARTIGO 12.º

(Princípios da universalidade)

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.

2. As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

ARTIGO 13.º

(Princípio da igualdade)

1.º Todos os cidadãos têm a

mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

ARTIGO 14.º

(Portugueses no estrangeiro)

Os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da protecção do Estado para o exercício dos direitos e estão sujeitos aos deveres que não sejam incompatíveis com a ausência do país.

ARTIGO 15.º

(Estrangeiros e apátridas)

1. Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os direitos políticos, o exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses.

3. Aos cidadãos dos países de língua portuguesa podem ser atribuídos, mediante convenção internacional e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso à titularidade dos órgãos de soberania e das regiões autónomas, o serviço nas forças armadas e a carreira diplomática.

ARTIGO 16.º

(Extensão dos direitos)

1. Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional.

2. Os preceitos constitucionais legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

ARTIGO 17.º

(Regime dos direitos, liberdades e garantias)

O regime dos direitos, liberdades e garantias aplica-se aos direitos enunciados no título II, aos direitos fundamentais dos trabalhadores, às demais liberdades e ainda a direitos de natureza análoga, previstos na Constituição e na lei.

ARTIGO 18.º

(Força jurídica)

1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.

2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição.

3. As leis restritivas dos direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.

ARTIGO 19.º

(Suspensão)

1. Os órgãos de soberania não

podem, conjunta ou separadamente, suspender o exercício dos direitos, liberdades e garantias, salvo em caso de estado de sítio ou de estado de emergência, declarados na forma prevista na Constituição.

2. A declaração de estado de sítio ou do estado de emergência deve ser suficientemente fundamentada e conter a especificação dos direitos, liberdades e garantias cujo exercício fica suspenso.

3. A declaração do estado de sítio em nenhum caso pode afectar o direito à vida e à integridade pessoal.

4. A declaração do estado de emergência apenas pode determinar a suspensão parcial dos direitos, liberdades e garantias.

5. A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência confere às autoridades competência para tomarem as providências necessárias e adequadas ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional.

ARTIGO 20.º

(Defesa dos direitos)

1. A todos é assegurado o acesso aos tribunais para defesa dos seus direitos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.

2. Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

ARTIGO 21.º

(Responsabilidade civil do Estado)

1. O Estado e as demais entidades públicas são civilmente responsáveis, em forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por acções ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo de outrem.

2. Os cidadãos injustamente condenados têm direito, nas condições que a lei prescrever, à revisão da sentença e à indemnização pelos danos sofridos.

ARTIGO 22.º

(Direito de asilo)

1. É garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos em consequência da sua actividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana.

2. A lei define o estatuto do refugiado político.

ARTIGO 23.º

(Extradição e expulsão)

1. Não são admitidas a extradição e a expulsão de cidadãos portugueses do território nacional.

2. Não é admitida a extradição por motivos políticos.

3. Não há extradição por crimes a que corresponda pena de morte segundo o direito do Estado requisitante.

4. A extradição e a expulsão só podem ser decididas por autoridade judicial.

ARTIGO 24.º

(Provedor de Justiça)

1. Os cidadãos podem apresentar queixas por acções ou omissões dos poderes públicos ao Provedor de Justiça, que as apreciará sem poder decisório, dirigindo aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar injustiças.

2. A actividade do Provedor de Justiça é independente dos meios gratuitos e contenciosos previstos na Constituição e nas leis.

3. O Provedor de Justiça é designado pela Assembleia da República.

COCABICHICES DE UM COCABICHINHOS

Freqüentemente se ouve gente dizer «probalidade» em vez de *probabilidade* e «responsalidade» em vez de *responsabilidade*.

Disse eu: se ouve.

Mas não querem saber que outro dia vi escrito?!

É verdade! Num jornal de Lisboa, que publicava em duas páginas contíguas o relatório e contas de uma sociedade qualquer, vinha ao alto de cada página o nome da firma e por baixo: Sociedade anónima de responsabilidade limitada.

Acredito que a maior parte das pessoas não desse conta de tal «gato», mau grado ele ser dos felpudos. Mas a mim, que além de ter, entre as minhas obrigações profissionais, a de revisão de provas tipográficas, sou pr'aquí um Cocabichinhos, a mim é que não passou despercebido.

A que se deve tal erro?

O do tipógrafo deve-se ao facto de ele ter composto a palavra como normalmente a pronunciará.

E tal errada pronúncia — comum a muitas pessoas — deve-se ao princípio (ou lei?) do menor esforço, já que se torna um pouco difícil pronunciar duas sílabas iguais ou muito semelhantes seguidas.

Portanto, no caso da *responsabilidade*, o *bili* foi reduzido a *li*. No caso da *probabilidade*, o *babili* foi reduzido a *bali*.

A este fenómeno de encurtamento das palavras devido à queda de uma sílaba igual ou muito semelhante a outra próxima, chama-se *haplogogia* (recordemos que *haplous*, palavra grega, significa simples, pelo que *haplogogia* é, de certo modo, simplificação — ou encurtamento).

E é curioso que a tal tendência para a simplificação atingiu também (e erradamente!) a própria palavra *haplogogia*, havendo quem, como um dos *lo* e diga *haplogia*, o que os dicionários não registam.

No entanto, nem sempre tal fenómeno é erróneo. Muitas palavras dizem-nos hoje que sofreram tal operação cirúrgica (uma espécie de silabectomia, se me é permitido o neologismo).

Por exemplo: *bondoso* resulta de *bondadoso* (*bondade* + *oso*), como ainda se diz em castelhano.

E tragicómico resulta de *trágico-cómico*. Estão a ver o que era o encontro de duas sílabas *co* + *có*?

Devia ser de fugir asetepés

Cocabichinhos

PRENDA PARA UMA MÃE

Eu era um viciado, Mãe, um daqueles a quem chamavam drogado, com razão, pois ingeria a droga e conhecia-lhe bem os efeitos.

A minha magreza e palidez não te passam desperce-

Por LALA

bidas, e eu sei que sofres por isso e tenho notado as tuas lágrimas.

Nos conselhos que sempre me dás há uma dúvida que não consegues esconder e te martiriza. És Mãe, e uma Mãe, já o compreendo, tudo faz para que o seu filho seja um homem íntegro e, se o vê desviar-se do caminho certo, sofre compungidamente.

Pois bem, Mãe, porque te quero, porque não quero continuar a ver os teus olhos húmidos pelo sofrimento e a perscrutarem-me tão duvidosos e tristes, fiz uma promessa a mim próprio, que comecei já a cumprir.

O esforço custa-me suor e grande força de vontade, atenuados somente quando penso na alegria que desejo dar-te. Mas jamais pararei e, podes ficar certa, cumpri-la-ei totalmente.

Se eu era um drogado, um drogado porque quis um dia conhecer sensação que desconhecia e me era tantas vezes apontada, hoje, Mãe, juro-te com toda a minha alma, já o não sou. É agora diferente o meu rumo, e hei-de conseguir ser o que desejas eu seja.

Hás-de sentir que não é em vão que as Mães amam os filhos e que eles também as sabem amar.

E há-de sentir também verdadeiro orgulho do filho que de ti veio, pois eu tudo farei para não mais transgredir e procurarei sempre viver na integridade, seguindo o caminho que me aponta continuamente com o exemplo da tua vida, vivida com tanta dignidade.

E hei-de lutar por que os meus amigos (tenho alguns que também se drogam) encontrem todos uma vida diferente, que mais nos enobreça e nos una.

Sabes, Mãe, quis dar-te uma prenda no dia que te é consagrado, e achei que a melhor prenda para ti seria precisamente esta que quero dar-te: o esforço permanente por uma vida vivida dignamente, como desejas que eu a viva.

DEPOIMENTO

Ao fim de quarenta e quatro anos de existência é natural que deseje continuar a intervir activamente na resolução dos problemas do meu País e que tente encontrar o rumo mais justo, mas também mais adequado às minhas concepções sobre o homem e sobre a vida, para conseguir esse fim.

De algum modo um pouco encurtado nas diversas propostas que me oferecem os vários partidos que neste momento existem em Portugal e as diferentes ideologias que desde que me conheço procurei distinguir, também é natural que de uns e outros procure extraír as sugestões e soluções que julgo mais adequadas para resolver os problemas que a todos afligem.

Entendo, todavia, que, como indispensáveis pressupostos pessoais de qualquer indagação sobre esses rumos, se deve exigir de quem quer que a tente uma atitude de intransigente honestidade intelectual e moral e de total independência em relação aos factores materiais e pessoais que condicionam a evolução da história. Consciente de que é difícil a qualquer ser humano construir a sua vida de modo a que seja independente desses factores, pois aceito convictamente que, umas vezes com toda a clareza e outras de uma forma menos clara, nas relações humanas existe sempre um permanente confronto de interesses, julgo todavia que o culto da honestidade, no seu sentido moral e intelectual, já é fácil e perfeitamente dissociável da posição que em cada momento o indivíduo assume face aos factores materiais e humanos que condicionam o dever histórico.

Isto tem algo a ver com a posição que cada um de nós queira assumir perante a Revolução de 25 de Abril de 1974. É que, sob pena de cairmos num perigoso agnosticismo político, é imperativo que se estabeleça quanto antes um amplo consenso sobre determinados princípios, ideias e constatações que se me afiguram de

Por JOSÉ AUGUSTO

indiscutível clareza e que me parecem, de igual modo, imporem-se ao nosso espírito por imperativo de justiça e de honestidade intelectual.

Assim, aceitemos de uma vez por todas que as estruturas políticas, económicas e sociais criadas e mantidas pelo regime de Salazar e Caeetano assentavam numa odiosa ditadura pessoal mantida por meio da opressão de uma feroz polícia política e de um não menos opressor monolitismo dos meios de comunicação social. E não nos deixemos cair na tentação fácil de minimizar essa ditadura só porque também a Revolução de 25 de Abril permitiu a existência de um Copcon, de uma 5.ª Divisão Gonçalvista ou de um SDECI, aliás já extintos.

Aceitemos de uma vez por todas que aquele odioso regime era o regime de partido único, das forças eleitorais indignas e deprimentes, das alterações Constitucionais que evitavam as tentativas de Golpes de Estado Constitucionais dos democratas da oposição, da perseguição desenfreada a todos os que lutavam pelas

(Continua na pág. 9)

SEMANÁRIO AVENÇADO

Camara Municipal de Espinho
Rua -19
ESPINHO